



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 40

I Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 17 de janeiro de 2025

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 3 minutos.

Após a chamada, a sessão iniciou-se com o [pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XIII — “Estabelece o Sistema de Incentivos aos Media Privados dos Açores”](#), apresentado pelo Governo Regional.

Feita a justificação por parte do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão) e usado da palavra os Deputados José Pacheco (CH) e António Lima (BE), o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por maioria.

Tendo sido aprovado, passou-se à análise da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XIII — “Estabelece o Sistema de Incentivos aos Media Privados dos Açores”](#), apresentada pelo Governo Regional.

A apresentação da iniciativa coube ao Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão), tendo intervindo os Deputados José Pacheco (CH), João Mendonça (PPM), Paulo Simões (PSD), Nuno Barata (IL), Pedro Pinto (CDS-PP), Pedro Neves (PAN), António Lima (BE) e Berto Messias (PS).

Em votação final global, a iniciativa foi aprovada por maioria.

Proferiram declarações de voto os Deputados José Pacheco (CH), António Lima (BE) e Paulo Simões (PSD).

Dando seguimento à agenda, a Deputada Hélia Cardoso (CH) justificou o [pedido de urgência do Projeto de](#)

Resolução n.º 24/XIII — “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova as diligências necessárias a fim de garantir no âmbito do programa de opções específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade (“POSEI”) o apoio monetário ao produtor individual de banana na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, tendo intervindo a Deputada Patrícia Miranda (PS).

Submetido à votação, o pedido de urgência foi aprovado por maioria.

Posteriormente, avançou-se para o pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 25/XIII — “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a criação de um mecanismo de combate às baixas fraudulentas”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, cuja justificação coube à Deputada Olivéria Santos (CH). Usaram da palavra os Deputados José Miguel Toste (PS), António Lima (BE), Pedro Neves (PAN) e Nuno Barata (IL).

Submetido à votação, o pedido de urgência foi aprovado por maioria.

Seguiu-se o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 26/XIII — “Contabilização integral do tempo de serviço dos trabalhadores ao abrigo de ‘contratos covid’ e conversão dos contratos a termo para contratos sem termo nos Hospitais”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Após a justificação por parte do Deputado António Lima e usado da palavra o Deputado Nuno Barata (IL), o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi aprovado por maioria.

Assim, avançou-se para a discussão do projeto de Resolução n.º 26/XIII — “Contabilização integral do tempo de serviço dos trabalhadores ao abrigo de ‘contratos covid’ e conversão dos contratos a termo para contratos sem termo nos Hospitais”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Feita a apresentação da iniciativa por parte do Deputado António Lima, intervieram no debate os Deputados José Miguel Toste (PS), Olivéria Santos (CH), Sabrina Furtado (PSD) e Pedro Neves (PAN), bem como o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão).

Submetida à votação, a iniciativa foi rejeitada.

Foi aprovada, por unanimidade, a Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de janeiro de 2025.

Os trabalhos terminaram às 16 horas e 35 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 3 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Quota **Soares**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo José da Cunha **Simões**

Ricardo Alexandre Gomes **Paiva**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Cristina de Fátima Silva **Calisto**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Gualberto Costa **Rita**

Henrique Miguel Couto **Melo**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Miguel de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luís Miguel Vieira **Leal**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa** **Dias**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 57 Sras. e Srs. Deputados, o que significa, naturalmente, que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos com o ponto 16 da nossa agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de**

Decreto Legislativo Regional n.º 27/XIII — “Estabelece o Sistema de Incentivos aos Media Privados dos Açores”. É uma iniciativa do Governo Regional dos Açores. Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo solicita urgência na apreciação desta matéria (e neste caso é mesmo uma urgência) para que este sistema de incentivos aos *media* privados possa ser utilizado e implementado com a maior rapidez possível.

Como sabem, trata-se de uma área de grande importância para a nossa democracia. Trata-se de uma área em que existem vulnerabilidades muito significativas por parte dos órgãos de comunicação social. E, portanto, é fundamental que esta matéria esteja em vigor o mais depressa possível.

É preciso também ter em conta que, no âmbito da elaboração desta iniciativa, a preocupação do Governo nesta matéria foi integrar os apoios nacionais, construir o documento de forma a que se possa utilizar o mais possível os apoios nacionais e conjugá-los com os apoios regionais.

Demorámos mais algum tempo para permitir potenciar o aproveitamento dos fundos nacionais e, portanto, ter a perspectiva de os utilizar ao máximo, construindo um documento que permita a utilização em simultâneo dos fundos nacionais para esta matéria: do programa nacional e do programa regional que se está a desenhar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado.

Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Parabéns à Sra. Deputada Catarina (que foi dar beijos ali para trás), que faz anos hoje.

Sr. Secretário, a urgência, realmente, é bastante. É tanta, tanta, que ultrapassou o Sindicato dos Jornalistas. Eles mandaram-nos um *e-mail* a dizer que as várias sugestões que deram para o diploma, que supostamente são para defender os jornalistas — e eu cá acho que são para comprar os jornalistas —, foram ignoradas.

Que urgência é esta? Isso é urgência de esconder alguma coisa? Isso é urgência de comprar alguma coisa? Isso é urgência de quê? Isso é urgência de coisa nenhuma!

O CHEGA vai votar contra essa urgência.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, tenho muita urgência em explicar as questões que levantou, tenho muita urgência em demonstrar que não é verdade aquilo que está a ser dito, tenho muita urgência em discutir esta temática com V. Exa., assim V. Exa. vote favoravelmente e se tenha aqui a oportunidade de exercer o contraditório. Terei muito gosto de exercer o contraditório nessa matéria, em relação à posição do Sindicato dos Jornalistas, como em todas as outras matérias. Portanto, tenho muita urgência e, acrescentaria, muito gosto em poder discutir esta matéria com V. Exa. Por isso, convido-o a votar favoravelmente a urgência.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pois, imagino que tenha muita urgência em discutir a urgência de uma coisa que até me parece não ser urgente. Mas não é nada disso. Sabe o que é urgente? Urgente era nós, Governo, governantes, políticos, pagarmos a quem devemos, que está com atraso.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso já é outra história!

O Orador: Agora, andar aqui a comprar jornalistas é que não dá certo.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As regras são as regras, as figuras regimentais são as figuras regimentais, como estão definidas. Obviamente, há, agora, esta nova oportunidade, que não foi sugerida por mim nem pelo Governo. E, portanto, é nessa matéria que estamos a entrar.

Sr. Deputado, um assunto mais importante do que esta urgência é mais um passo para a humanidade em Marte, mais um passo para a humanidade noutra matéria. Há muitas matérias que têm muito interesse: combater o fome no mundo, acabar com a guerra. Podemos fazer aqui o discurso da Miss Mundo e dizer: quero combater isto, quero combater aquilo, quero combater o outro.

Eu quero-lhe dizer, Sr. Deputado, que existem muitas urgências, muitas.

Deputado José Pacheco (CH): Pagar o que se deve é que é muito urgente!

O Orador: Mas esta urgência é uma urgência que tem muito a ver também com a

posição do Sindicato dos Jornalistas. O Sindicato dos Jornalistas, com certeza, não se revê nas afirmações que V. Exa. realizou sobre eles.

E, portanto, o que lhe quero dizer, Sr. Deputado, é que há muita coisa para resolver no mundo e nos Açores. Agora, esta questão é também essencial...

Deputado José Pacheco (CH): Não, não!

O Orador: ... porque diz respeito à qualidade da nossa democracia, diz respeito à qualidade da nossa informação para a cidadania, Sr. Deputado.

E, portanto, eu respeito, obviamente, a sua posição. Isto é uma democracia. O senhor tem a sua opinião, nós temos a nossa. E a nossa opinião é que os órgãos de comunicação social são fundamentais para o exercício de uma cidadania informada, para que possam tomar as suas opções com informação em relação a esta matéria.

Mas terei muito gosto, Sr. Deputado, fora do debate da urgência, em discutir esta temática consigo.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quando acordamos cedo, acordamos com energia.

O senhor veio aqui com um discurso... faz-me lembrar aquele boneco: o Achmed — está sempre zangado com todos.

É urgente? Não é a fome no mundo. A fome no mundo é para outros patamares. O que é urgente é resolver os problemas dos Açorianos. Não é andar a despejar dinheiro num setor muito específico, porque os senhores acham que as pessoas têm défice de informação. Não sei porque é que acham, devem ter informação... Aliás, já têm a

informação de que vão ser repatriados não sei quantos açorianos. Quer dizer, isto é tudo uma falácia.

E é urgente, o quê? Urgente é pagar a quem se deve. Não é nada disso, Sr. Secretário, não é! O senhor fez aí um discurso... Eu até esperava mais de si. É o quê? Não é importante nós cuidarmos dos vários setores que os Açores têm?!

As empresas de comunicação social são abrangidas pelos apoios, não estão impedidas.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não os recebem, mas isso é outra história.

O Orador: Então, qual é o problema? Eu ainda não percebi qual é o problema.

Muito honestamente, nem a RTP Açores nem a Antena 1, que fazem serviço público e chegam a todas as ilhas, estão impedidos. Qual é a urgência? Eu gostava de saber qual é a urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que V. Exa. anda um bocadinho fora de contexto e pouco informado sobre a banda desenhada, porque o herói que acabou de referenciar, o personagem, está sempre contente. V. Exa. é que deve ver estas histórias com outros óculos ou com uma realidade virtual, coisa que lhe acontece não só nesta matéria, mas noutras.

De facto, tinha tantos exemplos de heróis maldispostos, por exemplo o Batman. O Batman é um herói sempre maldisposto. Esse era um bom exemplo. Tem mau feitio.

Deputado José Pacheco (CH): Carrancudo!

O Orador: Mas este que V. Exa. referenciou não é um bom exemplo.

Sr. Deputado, eu já lhe expliquei qual é a urgência. V. Exa., nesta matéria, já percebeu qual é a nossa posição.

Deputado José Pacheco (CH): Já, já!

O Orador: Mas perceber não é a mesma coisa que concordar. E V. Exa., em relação a

esta matéria, não valoriza a comunicação social como o Governo valoriza.

Deputado José Pacheco (CH): Porque será?

O Orador: V. Exa., nesta matéria, considera que a sobrevivência dos órgãos de comunicação social não é essencial. São posições diferentes.

Eu estou desejando começar a discutir esta urgência. Portanto, teremos a oportunidade de discutir amplamente no debate que se vai aproximar e contar até com a participação de todas as bancadas.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O assunto que nos traz o Governo, com um pedido de urgência, de facto, é da maior importância, cuja pertinência de serem alterados os apoios é por demais evidente.

Já o anterior Governo Regional da Coligação fala na necessidade de alterar o atual PROMÉDIA 2020 (Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada). Todavia, nós estamos em 2025, 2020 foi há 5 anos. A urgência que o Governo tinha em 2020 demorou todo este tempo. É o primeiro ponto que tenho a salientar.

O segundo ponto: é preciso olhar para o histórico das alterações ao PROMÉDIA e à criação do PROMÉDIA. A história parlamentar dos apoios à comunicação social é muito rica, tem episódios muito interessantes. Não vou a todos, como é óbvio, mas devo dizer que, desde 2006, quando surgiu este apoio — que se designa PROMÉDIA atualmente e, agora, terá outra designação, embora seja muito semelhante —, todas as propostas e alterações, exceto uma em 2021, que já foi com o Governo da Coligação, baixaram à comissão. Todas tiveram audições e praticamente todas tiveram pareceres

das entidades que serão beneficiárias dos apoios, para que o Parlamento pudesse decidir, pudesse introduzir alterações que iriam ao encontro das preocupações, das dúvidas, das sugestões de quem irá beneficiar do apoio, dos trabalhadores dos órgãos de comunicação social.

E será inédito que uma proposta deste tipo seja votada e debatida sem que se ouça ninguém, absolutamente ninguém, porque é uma proposta altamente densa, que abrange uma área que é delicada, como é óbvio, são apoios à comunicação social, que devem ter o maior escrutínio possível. E o maior escrutínio possível passa, como é evidente, por uma análise em comissão e por pareceres das entidades que irão beneficiar do apoio, e não só.

Também devo dizer que o Governo, nesta legislatura, abordou-nos para uma reunião sobre esta matéria, para perceber as nossas preocupações e apresentar as suas ideias sobre aquilo que deveria ser o PROMÉDIA. Nós acedemos a essa reunião. O Governo referiu que nos iria transmitir e enviar um articulado quando ele estivesse concluído. Nós ficámos à espera. E o articulado entrou com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Por isso, a forma como todo este processo está a ser conduzido é uma forma, em nosso entender, errada, que cria uma espécie de encenação de diálogo com os partidos da oposição, pelo menos connosco. Afinal, o diálogo é para ser metido na gaveta e isto ser discutido com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Por acharmos, fundamentalmente, que devem ser ouvidas as empresas detentoras de órgãos de comunicação social potencialmente beneficiárias deste apoio, os trabalhadores...

Deputado Nuno Barata (IL): E não só!

O Orador: ... e outras entidades que se queiram pronunciar e que a comissão competente queira ouvir, nós consideramos que esta proposta nunca, de modo algum, poderia ser debatida com dispensa de exame em comissão, porque, efetivamente, sendo necessária e urgente, não pode ser discutida sem o escrutínio que uma questão desta

delicadeza, que são apoios públicos à comunicação social, deve ter. Deve ter um amplo e profundo escrutínio. E não terá dessa forma, porque nós não teremos oportunidade de ouvir ninguém sobre ela.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra, faça favor.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Lima começou a sua intervenção por dizer que isto já demorou muito tempo, que o Governo já demorou muito tempo e que, de facto, era essencial e urgente. Essa foi a sua primeira apreciação.

A sua segunda apreciação é que ela não foi amplamente discutida. Todos os órgãos de comunicação social são testemunhas de que isso não é verdade, porque nós reunimos presencialmente com todos os órgãos de comunicação social.

Deputado Nuno Barata (IL): Mas eles é que vão decidir?! Os Açorianos é que têm de decidir!

O Orador: Tivemos a oportunidade de auscultar as suas opiniões, as suas perspetivas sobre esta iniciativa. Todos foram consultados. O próprio Sindicato dos Jornalistas, que está em desacordo, informa que teve reuniões bastante intensas com o Governo. E esta matéria está aqui para decisão e análise de V. Exas.; está aqui com todos estes pressupostos.

V. Exa. disse que é um documento de continuidade. E é verdade, este documento tem um quadro de apoio que estava criado. E as grandes novidades, fundamentalmente, têm a ver com os aumentos das majorações e têm a ver com o total de um programa de apoio, que atingirá os 2 milhões de euros nesta matéria, que é um apoio bastante significativo.

Quanto ao resto, quanto à sua estrutura, como V. Exa. bem disse, é um documento de continuidade, com algumas inovações, com algumas modernizações e que procura ser

mais flexível. E com uma novidade também, do ponto de vista da sua construção, que é a ideia, a perspectiva de se poder aproveitar ao máximo os apoios nacionais.

De facto, é urgente, temos de resolver esta questão. E é por isso que o Governo solicita ao Parlamento que esta urgência seja aprovada e esta matéria seja discutida, para que possa ser implementado o mais rapidamente possível, porque os órgãos de comunicação social na Região necessitam que este quadro seja aprovado e implementado o mais depressa possível.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Creio não existirem. Podemos então avançar para a votação do pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XIII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XIII foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM, com 5 votos contra do CH, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN, e com 23 abstenções do PS.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, vamos então passar ao debate da iniciativa.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares para a apresentação da iniciativa. Faça favor.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de decreto legislativo regional que o Governo Regional aqui vos apresenta significa um exercício de continuidade, mas também de reforço de meios tendo em conta as difíceis circunstâncias que o setor atravessa, no âmbito da criação de incentivos aos órgãos de comunicação social privados na Região Autónoma dos Açores.

Começo pelo princípio.

É uma medida justa e necessária? É. O que está em causa é o pluralismo da nossa democracia. «Sem jornalismo, não há democracia», disse um dia Thomas Jefferson.

O que está em causa é a difusão de informação essencial para a nossa cidadania, uma informação que está submetida a princípios deontológicos e éticos, que está regulada. A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) tem como missão regular e supervisionar todas as entidades que desenvolvem atividades de comunicação social, sob jurisdição do Estado português.

Isto significa que o jornalismo é infalível? Não é infalível. Todos temos exemplos disso, de inclinações ideológicas, de simpatias, de ódios de estimação. Mas o que é importante — o que diferencia o jornalismo do turbilhão de coisas que circulam na internet — é o seu código deontológico. Tem coisas como: «O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público.» Ou o muito essencial n.º 2 do mesmo código: «O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas e o plágio como graves faltas profissionais.»

Deputado António Lima (BE): O plágio é grave!

Deputado Nuno Barata (IL): O plágio é gravíssimo, Sr. Secretário!

O Orador: E todos os outros números do código, que aqui não cito por manifesta falta de tempo.

Meus senhores!

Alguns dirão que um governante não tem de citar o código deontológico dos jornalistas.

Devo dizer que é por ele e para ele que este Governo se bate, porque este código é uma espécie de moderna Muralha de Adriano, que nos protege da barbárie, do mundo das notícias falsas, dos exoterismos mais delirantes, da xenofobia e do racismo, de tudo o que deturpa a verdade dos factos e exacerba os sentimentos.

A montanha da tentação constitui uma permanência intemporal e é fácil de conquistar, a partir dela, todos os reinos deste mundo. Basta, para isso, esquecer o que disse um dia Walter Lippmann: «O maior inimigo da verdade é o que as pessoas querem ouvir.» Ou na versão de Hunter Thompson: «O jornalismo é a luta pela verdade num mundo que, frequentemente, prefere a mentira.»

O apoio aos órgãos de comunicação social é justo e fundamental no plano dos valores e na preservação da democracia, a maior das criações humanas.

É necessário porque, sem apoio, o pluralismo informativo nesta Região irá desaparecer. Neste momento, a RTP Açores tem praticamente tantos funcionários como todos os órgãos de comunicação social privados juntos e recebe 88 % do financiamento estatal e regional.

Deputado José Pacheco (CH): É acabar com a RTP Açores!

O Orador: Juntos, os órgãos de comunicação social privados recebem apenas 12 % das verbas atribuídas aos órgãos de comunicação social nos Açores.

Neste novo mundo, esmagados na tenaz formada pelos órgãos de comunicação social públicos e todas as novas publicações de conteúdos não jornalísticos, mas que deles se disfarçam, a comunicação social privada está à beira do esmagamento, se nada for feito.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Qualquer monopólio é odiável, mas nenhum é mais odiável que o monopólio da informação por parte do Estado.

Por tudo isto, sim, é necessário apoiar os órgãos de comunicação social privados dos

Açores.

Outra questão existencial para alguns é o medo — a suspeita, quase diria o horror — que os governos, este ou qualquer outro, controlem os órgãos de comunicação social e os jornalistas, por força dos apoios concedidos.

Quanto a isso, para afastar suspeitas, o Governo conta já com a inestimável ajuda da Direção Regional dos Açores do Sindicato dos Jornalistas, que já mostrou o seu desacordo na linha irredutível do mítico autor do *1984*: «Jornalismo é publicar aquilo que alguém não quer que se publique. Tudo o resto é publicidade.»

Deputada Olivéria Santos (CH): Não é verdade, Sr. Secretário!

O Orador: É este, inegavelmente, o espírito. O jornalismo é sempre contrapoder. Quem pensa o contrário vive no engano. Este Governo está consciente dessa natureza. No fim de tudo, o que interessa verdadeiramente é a democracia e a liberdade. E elas não são possíveis sem uma imprensa livre e crítica, não são possíveis sem uma cidadania informada.

Mas se é verdade que não existe democracia sem órgãos de comunicação social, também não vejo como podem existir jornalistas sem órgãos de comunicação social que publiquem as suas notícias e lhes paguem os seus salários. Permitam-me, apenas a este propósito, citar um velho conto infantil, do qual plagio, abertamente, a sua estrutura narrativa essencial: «Certa manhã, um agricultor descobriu que sua galinha tinha posto um ovo de ouro. O mesmo sucedeu nos dias e semanas seguintes. Entusiasmado, o agricultor pensou: “Se esta galinha põe ovos de ouro, dentro dela deve haver um tesouro!”»

O resto da historieta assume a forma de adágio. O agricultor matou a galinha dos ovos de ouro e descobriu que, por dentro, a galinha era igual a qualquer outra. Moral da história: “Quem tudo quer, tudo perde.”

Deputado António Lima (BE): *Vitória, vitória, acabou-se a história!*

O Orador: Os órgãos de comunicação social privados são a galinha dos ovos de ouro desta nossa história. Estão vulneráveis como nunca. É preciso que recuperem e que não

morram. A sua sobrevivência é a melhor garantia que tudo o resto também sobrevive e melhora. E tem de melhorar muito. Mas é preciso tempo e recursos.

Meus senhores!

O plano do Governo para os órgãos de comunicação social privados contempla cinco áreas:

- O Programa SIM (Sistema de Incentivos aos Media Privados dos Açores), que sucede ao PROMÉDIA;
- O Programa de Formação para os jornalistas dos órgãos de comunicação social;
- O Programa de Assinaturas dos jornais regionais;
- A Publicidade Institucional;
- A aplicação na Região do plano nacional de apoio aos órgãos de comunicação social privados.

Sem contabilizar os apoios nacionais que se conseguirem captar, o plano de apoio é de 2 milhões de euros. Trata-se de um plano robusto, capaz (estamos certos disso) de dar a volta à presente situação.

No que diz respeito ao Programa SIM, importa salientar que mantém as tipologias das medidas de apoio, alarga-as a novas áreas e amplia os valores de apoio:

- Prevê o apoio à impressão em papel, com apoios de até 50 % para os órgãos de comunicação social que não possuem gráfica própria;
- Para os que possuem gráfica própria, apoios de até 60 % para a aquisição de papel, chapas e tintas;
- Exige um mínimo de jornalistas credenciados nos projetos candidatos;
- Estende a cobertura dos apoios aos operadores de televisão;
- Articula os apoios regionais com os apoios nacionais, presentes e futuros, garantindo até 100 % das despesas de distribuição;
- Alarga de 30 % para 60 % uma parte dos custos de produção internos das redações;
- Aumenta o apoio ao desenvolvimento digital, acrescentando a possibilidade de aquisição de equipamento tecnológico (antenas, geradores e outros, que irão beneficiar

as rádios) de 50 % para 70 %, e de máximos de 40 mil para 100 mil euros;

— Aumenta as majorações às ilhas mais pequenas;

— Aumenta os apoios à capacitação dos profissionais de comunicação social, fomentando a participação em ações de formação na Região Autónoma dos Açores e no território continental;

— E vem facilitar o acesso ao programa, permitindo e até fomentando o esclarecimento e aperfeiçoamento na instrução e construção das propostas.

Trata-se, meus senhores, de um plano robusto, absolutamente essencial. Se for aplicado com êxito, permitirá que, no final desta legislatura, os órgãos de comunicação social privados na Região ultrapassem o conjunto de circunstâncias negativas que afetam hoje o seu trabalho.

E nós, Região Autónoma dos Açores, poderemos contar com uma sociedade mais informada, em que a informação é mais sólida, mais credível e que, por isso, melhora aqueles que são os pressupostos básicos do funcionamento da nossa democracia.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na urgência, de certa forma, já fui desvendando. Não há novidade nenhuma, já o tínhamos dito, é a nossa posição.

Aliás, o que nós estamos aqui a discutir é um erro gravíssimo. Quando se diz que se quer uma comunicação social independente, nós estamos precisamente a fazer o contrário. Nós estamos a pagar à comunicação social.

Isso faz-me lembrar outra vez o Achmed. O que quer fazer o Governo Regional, como já fazia de certa forma o PS? É pôr a mãozinha, e o fantoche vai falar pela voz do Governo. E é isto, não passa disto.

Eu tenho memória.

Deputado João Vasco Costa (PS): E nós também!

O Orador: Todos nós temos memória. Os apoios que havia à comunicação social, não vi nada, absolutamente nada, zero, que tivesse melhorado, que tivesse feito... Nada! Usavam o dinheirinho. Quando podiam pagar os empregados, pagavam; quando não podiam, ficavam a dever. Conheço muitos casos. E assim andou.

A comunicação social tem de ser isenta.

Eu não sou contra as empresas de comunicação social concorrerem aos apoios como empresas.

A padaria faz mais falta do que as notícias do Governo. O pãozinho para a boca faz muito mais falta do que as notícias do Governo. Porque é que não tem também um apoio extraordinário específico?

Ó Sr. Secretário, como aquela gente diz lá nas terras do continente, como um senhor que manda lá dizia, em relação a este programa que se chama SIM, nós dizemos: “Não é não.” E vai continuar a ser: “Não é não.”

O senhor até falou aqui da galinha dos ovos. Pois, para o Governo, não é para os restantes partidos!

O senhor vai continuar aqui a patrocinar uma comunicação social que vai obedecer à voz do dono, não tenho a menor dúvida.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):
Vê-se!

Deputado Nuno Barata (IL): São tantas as asneiras! Só mesmo com uma comunicação social passiva!

O Orador: O senhor fez uma coisa grave: falou da RTP Açores. Eu olhei para eles e disse: *the Achmed wants to kill you* (o Achmed quer matar vocês). O senhor quer matar

a RTP Açores porque não é favorável!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):
Eu?!

O Orador: Sim, o senhor — o Achmed: *I kill you!* O senhor quer matar toda a gente! E, depois, quer ter uns senhores avençados com o dinheiro dos contribuintes, que vão dizer o que o senhor quiser. E se não for de forma direta, é de forma indireta, que vão pôr a propaganda do Governo nos jornais. Eu até questiono isso, porque o Governo é tão trapalhão em comunicação, que nem sei como é que vão fazer essa parte da comunicação.

Deputado Nuno Barata (IL): Agora é em espanhol.

O Orador: Agora é em espanhol. Ontem, vi um vídeo em espanhol. Quer dizer, agora já estamos em Espanha. Ó senhor, isso já chega a ser ridículo!

As pessoas e os empresários que estão em casa a quem o Governo não paga, o clube de futebol a quem o Governo ainda não deu o dinheirinho, o homem das carrinhas, etc., estão a dizer assim: eles vão dar dinheiro aos jornalistas e não pagam o que me devem! É disso que nós estamos falando! Isto é um erro gravíssimo, o que estamos a fazer aqui! Isto é ditadura! Pagar aos jornalistas é ditadura!

Sr. Secretário, o senhor está muito mal sentado nessa cadeira.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor.

Deputado Nuno Barata (IL): Agora, o Sr. Deputado João Mendonça vai anunciar um

canal de televisão corvino.

(*) **Deputado João Mendonça** (PPM): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Membros do Governo:

O sistema de incentivos à comunicação social mostra o forte compromisso desta coligação com este setor, fundamental para a democracia, a autonomia regional e a coesão das nossas ilhas.

Nos Açores, os meios de comunicação social têm desafios específicos devido à insularidade e mercados pequenos, o que torna mais difícil a sua sustentabilidade financeira.

Ao mesmo tempo, enfrentam problemas, como em todo o mundo: menos receitas publicitárias, uma transição rápida para digital e o aumento da desinformação. Por estas razões, foi criado este sistema.

Está a dar-se uma resposta corajosa e inovadora para proteger e fortalecer este setor na nossa Região. Queremos assegurar que a cultura, o património, a economia regional e o meio ambiente continuem a ser divulgados, para que os Açorianos se reconheçam nas notícias que recebem.

O PPM destaca também a importância de termos mais meios de comunicação social e de manter a sua independência, o que é fundamental numa sociedade democrática.

Os apoios são atribuídos com critérios rigorosos, garantindo transparência e igualdade de acesso. Não se trata de controlar a imprensa, mas de dar condições para que cumpra o seu papel de forma livre e ética.

Levar a informação a todas as ilhas, incluindo as mais pequenas, é um grande desafio. Por isso, este sistema prevê apoios à distribuição de conteúdos, de forma a garantir que nenhum Açoriano fique sem acesso a uma informação de qualidade. Se isso não acontecer, a desinformação pode tomar o lugar dos factos.

Assim, o PPM dá o seu voto favorável a esta proposta, acreditando que ela vai tornar a comunicação social mais forte e mais presente na vida de todos os Açorianos.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Simões, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Simões (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este assunto da comunicação social já tem sido bastas vezes discutido, creio que já conhecemos de cor e salteado as posições das várias bancadas, mas, ainda assim, ao fim deste tempo, é-me difícil compreender algumas posições.

Importa, talvez, afastarmo-nos um pouco da fotografia e olharmos para o quadro à distância. Hoje em dia, vivemos num mundo onde há mais informação a circular do que nunca, estamos inundados de informação, mas não cometam o erro de achar que mais informação é mais verdade. Não é. De toda a informação que circula, de toda a informação que nos entra pelos telemóveis, pelas televisões... pelas televisões, enfim, foi um erro meu agora, mas pelos telemóveis, na verdade, é apenas a ínfima parte de toda essa informação.

Temos mais e melhores meios de disseminar informação, mas informação não é, atualmente, sinónimo de verdade. No tempo do meu pai, quando se dizia que estavam informados é porque tinham lido jornais, ouvido as notícias na rádio e, quando a RTP chegou aos Açores, porque ouviam as notícias no telejornal da RTP Açores.

Nos dias de hoje, já não é assim, estamos a ser inundados por informação que não corresponde à verdade. E há um risco: essa informação, muitas vezes, é intencionalmente deturpada.

Deputado Nuno Barata (IL): E os jornais?

O Orador: Inclusivamente, há forças políticas que deturpam a informação e usam *templates* de órgãos de comunicação social oficiais para tentarem obter credibilidade

com a informação que passam.

Burburinho.

Só um aparte: eu acho engraçado que alguns deputados se queixem quando são interrompidos, mas não têm qualquer pudor em interromper os outros.

Entretanto, tenho mais umas notinhas de uma coisa que é importante dizer: o que é que distingue essa informação da verdade, que é aquilo que nos importa? O Sr. Secretário já aqui falou do código deontológico dos jornalistas, são 13 pontos fundamentais para o exercício da profissão.

Os jornais, as rádios e as televisões, ao longo dos anos, criaram mecanismos de verificar as notícias, de fazer o contraditório. Pode nem sempre ser perfeito, errar é humano, mas há a intenção dos jornalistas de contar a verdade. Só que a verdade dá trabalho, custa dinheiro e leva tempo, mas uma mentira, uma falsidade, faz-se num instante e tem uma propagação viral. É esta a preocupação que devemos ter aqui.

Depois, Sras. e Srs. Deputados, custa-me ouvir que os jornalistas são fantoches, que os jornalistas são comprados pelo Governo, seja ele qual for (figura abstrata). Perguntem aos jornalistas o que é que acham desta afirmação.

Deputado José Pacheco (CH): Perguntem à redação da RTP Açores!

O Orador: Perguntem aos jornalistas o que é que acham quando são acusados de serem fantoches de alguém ou de serem comprados por alguém.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Este sistema de incentivo aos *media* em particular vem dotar as redações dos meios necessários para poderem exercer melhor o seu trabalho. Neste momento em que falamos, a Rádio Clube de Angra e a Rádio Clube Basas do Atlântico estão em risco

de fechar, por exemplo.

Deputado José Ávila (PS): E a Rádio Graciosa.

O Orador: Já aqui disse, noutras ocasiões, que vários jornais fecharam. Eu diria, enfim, em abstrato, que mais de metade dos órgãos de comunicação social dos Açores estão em risco de fechar. Vivemos, também já aqui o disse, em nove ilhas, microcosmos. O negócio da comunicação social é difícil no país, é difícil na Europa, mas é muito mais complexo e difícil nos Açores.

Para terminar, olhem para o que se passa a nível internacional. Já dei aqui vários exemplos e volto a repetir: Suécia, Irlanda, Finlândia, Grécia... Há uma multiplicidade de apoios diretos e indiretos à comunicação social sem que isso alguma vez belisque a idoneidade dos jornalistas. Onde essa idoneidade e comportamento não existem é nos governos autoritários, autocratas e ditatoriais, que exercem o direito de controlar a informação, sobretudo começando pela informação pública.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, este apoio é para o bem da comunicação social.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou começar exatamente pelo fim. É precisamente nas grandes ditaduras que o Estado mais paga aos jornalistas para dizerem o que o Estado quer que digam.

Esta intervenção do Sr. Deputado Paulo Simões, em defesa de uma coisa que toda a gente sabe qual é a opinião da Iniciativa Liberal, traz-me aqui algumas, diria, reflexões. Em primeiro lugar, o Sr. Deputado Paulo Simões usa de uma certa demagogia populista

para nos assustar com o fim da Rádio Clube de Angra, com o fim da Rádio Clube Asas do Atlântico...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

O senhor deve ter informação privilegiada sobre essa matéria!

O Orador: Eu tenho sobre as duas, por acaso, Sr. Secretário.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

Então diga!

O Orador: E acho que aí há muita responsabilidade da sociedade civil, não é só responsabilidade dos políticos nem responsabilidade dos jornalistas. Nós estamos a falar de associações de direito privado. E, portanto, cada coisa é uma coisa, cada uma no seu lugar.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

Mas existe ou não existe o risco de fechar?

O Orador: Depois, diz o Sr. Deputado Paulo Simões: “Ouçam os jornalistas.” Mas não nos deram oportunidade para ouvir os jornalistas. Apresentaram essa proposta com urgência e dispensa de exame em comissão, o que não nos permite ouvir os jornalistas, as empresas e as associações que estão envolvidas nesse processo.

Mais, diz o Sr. Deputado Paulo Simões que “nunca tivemos tanta informação ao nosso dispor”, na palma da mão. É verdade, todos temos. E que “esta informação, muitas vezes, é deturpada”. É, cabe a cada um ter o filtro certo.

Deputado José Pacheco (CH): Ora bem!

O Orador: Quantas vezes, nos órgãos de comunicação tradicionais, incluindo os órgãos públicos de comunicação tradicionais, a informação é deturpada? Quantas vezes? Quer que eu vá buscar editoriais seus com informação deturpada? Não vou.

Na anterior legislatura e continua nesta, ainda a semana passada li notícias e editoriais a criticar os Srs. Deputados, que não fazem nada, e a propor soluções que os Srs. Deputados já trouxeram a esta Casa! Os senhores não têm lido os editoriais, por exemplo, do *Diário dos Açores* a criticar o nosso trabalho e a propor soluções que já

aqui foram apresentadas?

Deputado António Lima (BE): Isso é todos os dias!

O Orador: É sempre que sai um editorial no *Diário dos Açores*. Não tenho problemas nenhuns com isso. Não tenho problemas em assumir estas dores. Agora, não me venham é dizer que a informação que circula nos nossos telemóveis é toda deturpada e que nos órgãos de comunicação social tradicionais ela é toda a limpinha.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Ele não disse isso!

O Orador: Não é! Antes fosse! E não vai deixar de ser por causa deste diploma. Se calhar, até ainda vai ser pior, vai deturpar para alguns e vai ser certinha para outros. Dizia o Sr. Secretário, em aparte, que o Governo tem sido maltratado pela comunicação social. Não concordo.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):
Quem é que disse isso?

O Orador: Sim, o senhor disse em aparte. Quando o Sr. Deputado José Pacheco disse que os órgãos de comunicação social estavam ao serviço do Governo, que passavam o dia a publicar coisas do Governo, o senhor disse: “Vê-se.”

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):
Ah, é muito diferente!

O Orador: É a mesma coisa, Sr. Secretário!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):
Não é a mesma coisa! Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

O Orador: Aquilo que o senhor quis dizer com o seu aparte foi que a comunicação social não trata bem o Governo.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):
Não seja interpretativo!

O Orador: Então, o que é que o senhor quis dizer com aquilo? Desafio o Sr. Secretário a dizer à Câmara o que é que quis dizer com esse aparte, porque esse aparte foi interpretado pelos 57 Srs. Deputados que estão aqui como o Governo entender que é

maltratado pela comunicação social.

Deputado Flávio Soares (PSD): Fale por si!

O Orador: Ainda lhe digo mais uma coisa, Sr. Secretário: o Governo devia era estar bem-agrado, porque, com os disparates que o Governo faz, a comunicação social tem é tratado muito bem o Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Simões, do PSD, acusa... O senhor pode acusar o Deputado José Pacheco, do CHEGA. Pode dizer, não me incomoda nada. Não é alguns, alguém... Diga, porque eu não tenho problema nenhum. Eu tenho nome, tenho rosto e tenho um partido.

Deputado Flávio Soares (PSD): Disse que era para si?

O Orador: Era para mim porque fui eu que disse. Os fantoches da comunicação social... É uma realidade.

O senhor quer uma realidade? Eu vou-lhe dar. Não vou citar as datas porque não as tenho aqui, mas arranjo. Num diploma que trouxemos a esta Casa, que aprovámos, e muito bem, vi parangonas com informação falsa! Que o CHEGA queria isso, que o CHEGA queria aquilo...

Quer mais um exemplo? O que fizeram a este homem, com o glifosato? Que tinha empresas... Entraram pela casa dentro, mostraram a mulher, mostraram os empregados. Isso é jornalismo?! Isso é jornalixo!!

E depois vêm-me dizer que não estão manipulados?!

Eu não estou a fazer juízo de valor de si, Sr. Deputado, na sua profissão — também tenho profissão, graças a Deus —, tenho-o em grande conta. Agora, quando temos nos jornais pseudojornalistas que, na minha opinião, são comentadores ou comentadeiras, enredardeiros ou enredeadeiras, que querem ser políticos-sombra, querem ser

governantes-sombra...

E como disse, e bem, o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, depois vê-se e ouve-se, porque também se ouve e se vê, os programas da RTP Açores com gente que vai dizer a maior barbárie.

E nem sequer quero falar do CHEGA. Nós temos sido perseguidos da pior forma. Ainda se nos acusassem de que as medidas são más, de que os Açorianos... Não, arranjam argumentos desprezíveis.

E agora querem que nós paguemos isso tudo. Isso o que é? É um fantoche! Vamos pagar pessoas para falar mal da oposição.

A comunicação social, no passado, era o braço armado ou escrito (mais escrito do que armado) da esquerda. Neste momento, querem que seja da direita. E isso tem de se dizer com as letras todas.

Virmos aqui branquear: coitadinhos dos jornalistas! Coitadinhos, porquê? Ah, porque vai fechar. Vai fechar porque não teve viabilidade. Vai fechar porque não souberam inovar.

Nós vamos ter, continuamente, nos Açores, setores pendurados no dinheiro dos contribuintes?! Não!

Eu sou profissional de publicidade, já estive *online*, em papel. Fui atrás da publicidade. Não fui atrás do Estado para me pagar o ordenado, fui atrás dos privados, mostrei o meu serviço. É assim que deve ser. Se são preguiçosos, levantem-se das cadeirinhas e vão trabalhar, porque é assim que deve ser. Não me venham dizer que os jornais estão em risco!

E mais, a informação só é fidedigna quando está nos jornais ou quando está nas rádios?! Nas rádios, eu só ouço ler os comunicados de imprensa — até fico muito feliz porque leem na íntegra os do CHEGA —, não fazem trabalho jornalístico.

E as mentiradas que vão saindo nesta comunicação social, nós também vamos pagar por isso?!

Como disse, e bem, o Sr. Deputado, a minha opinião e a do CHEGA sempre foi esta.

A informação existe, cada um vê o que quer. Por exemplo, não vejo certo tipo de coisas, o que é muito bom, porque não me dá azia. Depois, faço o meu filtro, faço a minha interpretação, chego às minhas conclusões. Não é isto a informação? Não é isto? É isto que devia ser.

E nós, nos Açores, estamos a tentar fazer uma caixinha, uma capelinha, com a comunicação social, não vá esta fazer aquilo que acabou de dizer o Sr. Deputado, começar a malhar no Governo pelas asneiradas que vão fazendo. É o que é. Eu não posso concordar com isso. O meu Grupo Parlamentar não pode concordar com isso, porque isso é mesmo falta de ética.

Nós temos de apoiar o que for fundamental para os Açorianos. A informação já existe, está em todo o lado. E não precisa sequer de patrocínio, cada um vai-se desengatando, da forma como eu fiz também. E, graças a Deus, não correu nada mal. Agora, temos de pagar, porque o fulano, beltrano e sicrano...

Já sei que, daqui para a frente, o CHEGA vai ter o dobro dos ataques. É para o lado que nós dormimos melhor.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo apresenta-nos uma iniciativa para um novo programa de incentivos à comunicação social privada nos Açores, como também já foi dito pelo Sr. Membro do Governo, em continuidade com aquilo que já existia. E, portanto, não estamos aqui perante uma iniciativa inovadora, a criação de algo inédito. Estamos, sim, a analisar uma proposta que dá continuidade a uma política, que já existe na Região Autónoma

dos Açores, de apoiar os órgãos de comunicação social privados, exatamente por causa da especificidade insular que nós temos nos Açores e que, obviamente, cria dificuldades a empresas de pequena dimensão. Cria a todos os níveis, mas também cria na área da comunicação social.

Portanto, temos de decidir de que lado é que estamos: se estamos do lado da anarquia, em que o que deve imperar é a lei do mercado e é irrelevante se existem ou não existem órgãos de comunicação social; ou se estamos do lado da democracia e consideramos que a comunicação social é um dos pilares dessa democracia enquanto garante da pluralidade de opiniões. Ora, nós, no CDS, obviamente, estamos do lado da democracia e consideramos que a comunicação social é um desses pilares da democracia enquanto garante da pluralidade de opiniões. E, logo, temos de separar águas, aqueles que querem que impere a anarquia, que impere a desinformação, daqueles que acham que deve haver informação credível, escrutinada, de uma forma independente e isenta. E nós estamos, obviamente, desse lado.

Estamos com isto a dizer que os jornalistas são isentos todos os dias, todas as horas? Seguramente que não serão, porque eles são seres humanos como nós, também têm as suas vivências familiares e sociais, e tudo isso, obviamente, influencia a opinião de cada pessoa, de cada cidadão. E é natural que isso seja espelhado no seu trabalho, como é espelhado no trabalho de qualquer cidadão, qualquer que seja a sua atividade profissional. Todo o seu enquadramento sociológico, todo o seu passado familiar e sociológico, obviamente, influencia o dia a dia de cada cidadão, de cada um de nós aqui nesta Câmara, as opiniões que temos, por isso é que uns estão nuns partidos, outros estão noutros.

E, portanto, somos, obviamente, defensores de uma comunicação social isenta.

E dadas as circunstâncias, não as particulares dos Açores em 2025, mas as mundiais, isto não é inédito, como eu já disse no início da minha intervenção, isto já vem no seguimento de apoios de longos anos aqui nos Açores. Mas também o nosso país já adotou planos de apoio à comunicação social privada. Em França, Alemanha, Itália,

por essa Europa fora têm vindo a ser implementados programas de apoio à comunicação social.

Portanto, o problema da comunicação social não é um problema deste Parlamento, deste ou daquele partido na nossa democracia insular, é um problema das nossas sociedades democráticas, europeias e ocidentais.

A única maneira de combater a desinformação é ter órgãos de comunicação social isentos. E para eles serem isentos, têm de conseguir sobreviver. Há custos, e o dinheiro não cai do céu.

Numa era em que todos andamos a olhar para a palma da nossa mão, até a atravessar a rua, nós vamos a caminhar com o telemóvel à frente do nariz; numa era em que tudo nos entra através das redes sociais... Eu desafio as Sras. e os Srs. Deputados a perguntarem aos jovens onde é que vão buscar a informação. O que é que acham que é mais credível, a informação publicada no *Expresso* ou no Tik Tok? Seguramente, muitos nem saberão o que é o *Expresso*, mas o Tik Tok saberão, certamente. É esse o futuro que queremos para a nossa sociedade, uma sociedade manipulável através das redes sociais?

Olhem para o passado recente na nossa União Europeia! Olhem para o *Brexit*! Olhem para as eleições de 2016 nos Estados Unidos! O que é que aconteceu? Não houve influência através das redes sociais?!

Deputado António Lima (BE): Ah, agora o Trump é mau!

O Orador: É isso que queremos para a nossa democracia?! Ou queremos uma democracia livre e plural? É porque, no dia em que chegar a anarquia que os senhores estão para aqui a defender, talvez possam ser V. Exas. as vítimas dessa anarquia.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu prefiro ser vítima da anarquia do que da ditadura!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Simões, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Simões (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não podia deixar passar em claro aquilo que disse o Sr. Deputado Nuno Barata, porque, obviamente, ele foi um exemplo claro do que é a deturpação dos factos e do que foi dito — nunca seria um bom jornalista. A confusão inicial começa por confundir editoriais com informação, são coisas absolutamente distintas e previstas na lei de imprensa. Editorial não é informação. Entende-se por informação as notícias. Sr. Deputado, quer queira, quer não queira, quer goste, quer não goste, é um facto.

E, portanto, invocar inclusivamente a minha profissão e o meu trabalho aqui foi deselegante da sua parte.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Mas a deturpação continua, porque, quando referi “perguntem aos jornalistas”, foi sobre um assunto em concreto, se achavam que aquilo que lhes tinha sido adjetivado era simpático ou não. E o Sr. Deputado pegou naquilo que eu disse para deturpar. Não foi honesto intelectualmente. E foi em tempo real. Portanto, não foi isso que eu disse. E o senhor aproveitou aquilo que eu disse a seu bel-prazer.

Mas voltamos àquilo que interessa, que é a discussão deste diploma. Este diploma vem ou tenta melhorar — e creio, na minha opinião, na opinião do Grupo Parlamentar do PSD, que melhora — aquilo que já vinha detrás, o chamado PROMÉDIA. E é disso que se trata aqui. Melhorou-se, é um de quatro eixos de um plano de ação para a comunicação social que o Governo dos Açores tem, que inclui outras vertentes.

Aparte impercetível do Deputado Nuno Barata.

Tem tempo para falar quando quiser, Sr. Deputado. O relógio está ali. Eu não o interrompi quando falou.

Portanto, dizia eu que isto é uma estratégia que tem de ser vista a quatro eixos. Estamos a analisar este primeiro diploma, que pretende fortalecer as empresas de *media*.

Depois, não deixa de ser curioso que olhemos para os jornalistas, esquecendo de discutir o setor. É como se, quando discutíssemos a saúde, olhássemos para os bons e maus médicos e não discutíssemos o setor da saúde.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: É o setor da comunicação social que está a ser discutido, quer gostem, quer não gostem. Obviamente, todos somos livres de emitir opinião, mas nunca percam o fio daquilo que está a ser discutido: o setor da comunicação social, o apoio às empresas de *media*, que dão emprego a 126 jornalistas na Região Autónoma dos Açores no setor privado e a 120 no público. Estamos a falar de quase 250 jornalistas, para além daqueles que têm carteira de colaboração, que são mais vinte ou trinta. Estamos a falar, no total, de quase trezentas pessoas que exercem a função de jornalistas. É disto que estamos a falar, de empresas de comunicação social, que são empresas similares e idênticas a todas as outras noutros ramos de atividade. Nunca se esqueçam disto.

E, portanto, o que deve ser aqui discutido é se este diploma é bom, se não é bom, se contribui para fortalecer a comunicação social, que todos nós queremos que seja livre, independente, forte, coesa, que incomode o Governo, que incomode as oposições.

Já agora, deixem-me dizer-vos uma coisa, mesmo para terminar: há muitos anos, foi feito um estudo sobre o alinhamento que as rádios, os jornais e as televisões deveriam ter em relação aos vários temas. E a conclusão foi muito engraçada, provavelmente já estará desatualizada, mas dá matéria para refletir. E o que os portugueses responderam nessa altura foi que o tratamento noticioso da política do dia a dia devia ser no fim dos

jornais, no fim das rádios e no fim das televisões; só a matéria de interesse do Estado — e estou a falar do Estado porque o estudo foi nacional — é que deveria estar, de facto, a abrir telejornais, a abrir noticiários das rádios e a fazer capas de jornais. O resto da política do dia a dia deveria ser remetida para uma secção menos nobre. Isso dá que pensar.

E, portanto, é disso que estamos a falar: o que é que queremos que seja a comunicação social nos Açores e de que forma é que este diploma vem ou não melhorar. E nós queremos que melhore bastante o apoio às empresas de *media* na Região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vou aqui demonstrar os dissabores que tenho com algum jornalista, isso seria errado da minha parte. E há dias em que eu também estou contente.

Achei engraçado o queixume do CHEGA, que bate no jornalista há mais de 5 anos e, mesmo assim, é levado ao colinho. E não me digam que tem a ver com a representatividade, porque o CHEGA, antes, só tinha um único deputado, exatamente como o PAN, a IL e o PPM. Não era aquilo que acontecia. Por isso é que digo que há jornalistas que sofrem da Síndrome de Estocolmo: quanto mais me bates, mais gosto de ti.

Risos dos Deputados da bancada do CH.

Não posso entender o queixume do CHEGA relativamente a isso, basta ver as percentagens. Não posso dizer sem uma pequena estatística ou perceção, tem de ser mesmo pela quantidade jornalística de cada partido político.

Mas, tendo em conta que nem sempre estou contente, o meu sentido de voto, a minha apreciação, a minha análise a uma iniciativa nunca pode estar relacionada com o facto de gostar ou não de algum setor ou de algum tema. Nós temos de demonstrar a isenção máxima possível para cada diploma. E é aquilo que eu vou fazer.

Também há partidos políticos aqui que falaram relativamente à falta de diligências existentes neste diploma, que devia ir para a comissão. A mim não me faz confusão nenhuma. Se estiver à espera do Governo ou do partido político para ouvir algum tema ou alguma diligência, não faço mais nada e como exatamente aquilo que os outros querem que eu coma. Eu gosto de comer aquilo que meto no prato.

O Partido PAN teve reuniões com o Sindicato dos Jornalistas. Nós também sabemos que outros partidos também as tiveram. Agora, a nossa única situação é que este diploma, que tem a ver com o sistema de incentivos aos *media*, que neste caso é para promover o bom jornalismo e a sobrevivência jornalística nos Açores, tem, depois, um problema: a Direção Regional e Nacional do Sindicato dos Jornalistas diz que é contra esta iniciativa. Numa iniciativa que é feita para os jornalistas, para os *media*, temos os próprios jornalistas a dizer que são contra.

Deputado José Sousa (CH): Veem? São contra, não lhes melhora a vida!

O Orador: Depois de terem várias reuniões, nomeadamente com o Governo, em nome do próprio Presidente do Governo, José Bolieiro, dizem que todas as medidas que pediram para que fossem alteradas não foram introduzidas pelo Governo na iniciativa que está a ser agora apresentada. Para nós, esse é que é o problema. Se nós estamos a ter aqui uma iniciativa para benefício de determinadas pessoas, se essas próprias pessoas dizem que são contra, temos, obviamente, aqui um celeuma, Sr. Secretário. E por isso é que eu gostava, neste debate, de saber como é que vai tirar esta bota.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Indo agora ao debate da proposta, ela, como já foi referido, segue uma linha de continuidade daquele que foi o PROMÉDIA.

Nós tivemos, ao longo da história, no Parlamento, diferentes posições sobre o PROMÉDIA, algumas vezes a favor, outras com votos de abstenção, dependendo também do momento, das necessidades do próprio setor e da inclusão ou não daquelas que eram as preocupações que nós considerávamos serem as que mereciam maior atenção por parte, neste caso, do Parlamento e da legislação que daqui saísse.

No momento atual, nós concordamos com os apoios públicos à comunicação social privada mediante um conjunto de critérios e um conjunto bastante claro de garantias de que estes apoios são transparentes, devendo ser garantidos mecanismos para não haver condicionamento do trabalho dos órgãos de comunicação social.

Todavia, estes apoios não podem servir apenas para salvar as empresas de comunicação social ou as associações que as detêm, estes apoios devem servir, fundamentalmente, como tenho ouvido aqui dizer da parte do Governo e da coligação, para que haja jornalismo livre nos Açores.

E deixem-me dizer-vos uma coisa: não há liberdade com precariedade!

É por isso que o PROMÉDIA anterior, da avaliação que nós temos feito e que os jornalistas também fazem através do seu sindicato, esse apoio público, não tem garantido o combate à precariedade e à estabilização dos jornalistas nos quadros dos órgãos de comunicação social, não tem contribuído para o aumento do seu salário. A precariedade não é só o vínculo, é o salário.

Deputado José Sousa (CH): É verdade, sim, senhor!

O Orador: Quem ganha o salário mínimo a fazer jornalismo não está na mesma posição de quem ganha 2500 ou 3000 euros. Não está. A sua liberdade não é a mesma.

Deputado José Sousa (CH): Pois é, têm de se sujeitar.

O Orador: Ficar desempregado com um salário de 903 euros (que é o salário mínimo agora) não é o mesmo para quem ganha 2500, 3000 ou 4000 euros por mês. Não é o mesmo.

Por isso, é preciso dar liberdade aos jornalistas. E dar liberdade aos jornalistas é fazer aquilo que o Governo se comprometeu a fazer. E aquilo a que o Governo se comprometeu a fazer, no Congresso dos Jornalistas, que se realizou em Ponta Delgada, em 2023, foi estabilizar o emprego e cumprir o acordo coletivo de trabalho dos jornalistas. Isso foi referido pelo Presidente do Governo numa reunião com o Sindicato dos Jornalistas e foi dito também no Congresso.

Nós chegamos aqui e nada temos nessa proposta sobre esta matéria. E é por isso que nós queremos ajudar o Governo a cumprir as suas promessas. Já que o Governo não é capaz de cumprir as suas promessas nas suas propostas, cá estamos nós para ajudar a que haja liberdade de imprensa nos Açores.

Apesar de esta proposta ser apresentada desta forma, apesar de o Governo e a Coligação não quererem ouvir ninguém e apesar de nós estarmos no fim da semana com um diploma complexo, que tem inúmeras falhas até de redação, para as quais vou apontar alguns problemas, deveria merecer uma análise mais aturada em comissão. Sejam justos, não há, como é evidente, para um diploma desta natureza e com esta dimensão, tempo para fazer essa análise com um pedido de urgência, pois este não é um projeto de resolução nem sequer um diploma com meia dúzia de artigos.

O que é que nós propomos? No artigo 4.º, queremos que os apoios estejam condicionados à subscrição, por parte dos órgãos de comunicação social, de um contrato coletivo de trabalho assinado entre a Associação Portuguesa de Imprensa e o Sindicato dos Jornalistas.

Queremos ainda que os órgãos de comunicação social tenham produção própria de conteúdo jornalístico. Não pode ser copiar e colar notas da imprensa ou *takes* da Lusa, é preciso produzir jornalismo.

Por outro lado, nós queremos procurar combater a precariedade. E não é sequer com penalizações, é com majorações. Propomos que, por cada jornalista de órgão de comunicação social cujo vínculo precário seja convertido num vínculo permanente, haja uma majoração de 5 % do apoio.

Queremos, para além disso, aumentar a transparência deste diploma com o envio ao Parlamento do parecer prévio da Comissão de Análise e Acompanhamento a cada candidatura.

Antes que nos acusem da dificuldade de subscrever o acordo coletivo de trabalho em tão pouco tempo, nós colocámos uma norma transitória para que isso se aplique a partir das candidaturas do próximo ano.

E quem está preocupado com a liberdade de imprensa e com os jornalistas, quem está preocupado que os jornalistas não sejam comprados pelo Governo — e aqui dirijo-me ao CHEGA —, tem aqui a oportunidade de aprovar propostas que garantam mais liberdade e melhores condições de trabalho aos jornalistas.

E o desafio que deixo ao CHEGA é que aprove estas propostas que dizem respeito ao trabalho dos jornalistas. Mesmo que vote contra a proposta final, esta proposta pode ser aprovada e garantir que haja uma imprensa mais livre nos Açores.

Muito obrigado.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

Ó Sr. Deputado, nunca o vi assim, a vestir a pele de ninfa!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em reunião entre o Presidente do PSD/Açores, José Manuel Bolieiro, e o Presidente do Partido Socialista Açores, Francisco César, entre outras matérias (estando eu certo de que não estou a cometer nenhuma inconfidência), um dos assuntos tratados e consensualizados entre ambos foi a avaliação da necessidade de se proceder a uma

revisão do programa de apoios públicos à comunicação social privada em vigor na Região Autónoma dos Açores.

No âmbito desse encontro e dessa reunião, foi mandatado, em nome da coligação, o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, e eu próprio em nome do Partido Socialista, para termos uma conversa, uma reunião de trabalho, para avaliar aquilo que poderia ser desenvolvido e implementado no âmbito desse processo de revisão.

Fizemos esse encontro, tivemos outros contactos por via telefónica ao longo da elaboração deste diploma que hoje é aqui apreciado. E também nesse âmbito, nós fomos informados — aliás, fomos informados, confiando naturalmente na palavra do Sr. Secretário, e tivemos também a oportunidade de receber contactos diretos das empresas dos órgãos de comunicação social e das estruturas representativas dos jornalistas — que esse diploma estava a ser desenvolvido em articulação com essas entidades.

Por princípio, o Partido Socialista entende que tudo o que sejam propostas de decreto legislativo regional ou mesmo projetos de decreto legislativo regional não devem ser discutidos com o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Mas a verdade é que, tendo em conta as informações que fomos recolhendo e tendo em conta também a urgência da aplicação destes tipos de apoios, a vigorar o mais depressa possível, foi concordância do Partido Socialista que este diploma pudesse ser discutido agora com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

E fazendo uma apreciação genérica do diploma, a verdade é que, tendo em conta as tipologias de apoio que existiam no PROMÉDIA e aquelas que existem agora neste programa — o SIM, há um conjunto significativo de semelhanças entre aquilo que vigorava e aquilo que agora se pretende que vigore. Introduziu-se a tipologia de apoio relativamente aos apoios à impressão através da comparticipação de uma percentagem para a impressão, aquisição de papel, de chapas, etc., de tudo aquilo que tem que ver com a impressão — no caso, naturalmente, estamos a falar de jornais — e retira-se a tipologia de apoio que existia relativamente à promoção de eventos na Região que

servam não só para a formação de profissionais da comunicação social, mas que possam também promover positivamente a nossa Região no exterior.

Nessa medida, dou-vos um exemplo concreto: tivemos, na nossa Região, o CIRCOM, que juntou todas as televisões regionais da Europa nos Açores, no âmbito dessa tipologia de apoio. O Governo, agora, entende retirá-la e introduzir a tipologia de apoio relativamente ao apoio à impressão de chapas, com a qual nós, genericamente, também concordamos.

E o espírito deste Programa SIM é, no fundo, em grande medida, o espírito que presidia ao PROMÉDIA, ou seja, garantir um conjunto de tipologias de apoio que tenham como principal objetivo a redução da taxa de esforço mensal deste tipo de empresas, que têm um imenso constrangimento de angariação de receitas. E este é um pressuposto que é central quando se tenta comparar as empresas privadas de comunicação social, o serviço também público que prestam e o tipo de serviço que desenvolvem nas nossas ilhas e na nossa Região, com qualquer outro tipo de empresa.

Não vou agora filosofar profundamente sobre o papel da comunicação social enquanto pilar fundamental da nossa democracia e da nossa autonomia democrática. O serviço que presta uma empresa de comunicação social privada, comparado com os serviços que prestam outro tipo de empresas privadas na nossa Região, tem uma imensa diferença, que é a capacidade de angariar receita. No caso da comunicação social privada, essa capacidade encontra-se na angariação de publicidade, de onde podem decorrer receitas para fazer face às suas despesas. E todos nós sabemos, isso já foi aqui amplamente discutido, não só na questão concreta da comunicação social, mas em muitas outras questões, quando se fala de iniciativa privada — que é o nosso problema em termos de escala, em termos de mercado, em termos de número de empresas, em termos de capacidade de promoção de publicidade —, quando temos contextos económicos e sociais difíceis, a primeira coisa da qual as empresas abdicam (isso está amplamente estudado e documentado) é precisamente das campanhas publicitárias e do *marketing* associado ao trabalho que é desenvolvido por essas empresas.

Daí que, Sras. e Srs. Deputados, o Partido Socialista afirme aqui uma concordância genérica, fruto do consenso que foi desenvolvido no momento embrionário desse processo entre o Presidente do PSD/Açores, José Manuel Bolieiro, e o Presidente do Partido Socialista, Francisco César, e aquilo que foi sendo construído pelo Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, que agora nos é apresentado.

E além das questões, digamos, permitam-me a referência, mais técnicas que constam nas tipologias de apoio que são aqui propostas, além do aumento das percentagens de participação em várias tipologias de apoio e da manutenção da maioria das tipologias de apoio que constavam no PROMÉDIA, há também a manutenção de um conjunto de pressupostos que para nós são fundamentais no âmbito do escrutínio e do reporte obrigatório a este Parlamento dos apoios que são concedidos.

Consta também nesta proposta de decreto legislativo regional aquilo que foi proposto pelo Partido Socialista, em 2017, na última revisão do PROMÉDIA, ou seja, a garantia de pressupostos de acompanhamento, fiscalização e reporte obrigatório a este Parlamento.

Em primeiro lugar, tal como foi proposto pela primeira vez pelo PS, é mantido que deve estar, na Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Aplicação dos Programas Públicos de Apoio à Comunicação Social Privada, uma pessoa eleita por este Parlamento por uma maioria de dois terços — portanto, pressupõe o acordo entre mais partidos do que aqueles partidos que suportam o Governo Regional —, bem como também um reporte obrigatório, a ser remetido a este Parlamento, devidamente sistematizado com todos os apoios concedidos, o valor dos apoios concedidos, as empresas beneficiárias dos apoios concedidos, os projetos que são apoiados. E temos, agora, uma proposta do Bloco de Esquerda, com a qual posso dizer que concordamos, de que sejam também acrescentados a esse reporte e a esse relatório periódico os pareceres da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento, proposta sobre a qual nada temos a opor.

E, portanto, cumprindo os compromissos que foram assumidos pelo Presidente do PS

junto do Presidente do PSD/Açores e também as conversas que eu próprio e o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares desenvolvemos ao longo das últimas semanas, o Partido Socialista concorda genericamente com aquilo que é aqui apresentado.

Mas é fundamental também dizer o seguinte, quando se fala dos apoios públicos à comunicação social privada na nossa Região, para que não existam confusões: algumas das intervenções que me antecederam são, neste âmbito, muito perigosas, afirmam posicionamentos com os quais o Partido Socialista nunca compactuou nem nunca compactuará. No dia em que os apoios públicos concedidos à comunicação social privada dependerem daquilo que nós gostamos ou não gostamos, daquilo que nós gostamos de ler escrito no editorial ou visto nas peças do telejornal ou nas notícias que saíram nos jornais, Sras. e Srs. Deputados, nós damos um grande contributo para destruir um dos mais básicos pilares da nossa sociedade democrática. Portanto, nunca, o PS, nem no PROMÉDIA, nem agora no SIM, participou num debate deste tipo, fazendo apreciações sobre a linha editorial deste ou daquele jornal, sobre a forma como este ou aquele jornalista trataram esta ou aquela matéria, sobre a forma como este ou aquele deu a sua opinião. Isso é ultrapassar uma fronteira que o PS nunca ultrapassou nem ultrapassará, porque aí, Sras. e Srs. Deputados, estaremos a abalar profundamente um dos mais importantes pilares da nossa democracia: uma imprensa livre, uma imprensa isenta, que tem todo o direito de fazer as notícias que muito bem entender e todo o direito de desenvolver a linha editorial que muito bem entender. Esse é um caminho que o PS nunca trilhou e não trilhará.

Todos terão direito à sua opinião. Todos terão direito a contestar as notícias, aquilo que foi dito, aquilo que foi feito, porque nem os jornalistas estão livres de serem, naturalmente, escrutinados e de terem opiniões divergentes, mas esse é um caminho que nós não podemos fazer.

Garantir, sim, apoios públicos à comunicação social privada numa região com as nossas especificidades, sem dúvida. A arquitetura que aqui é apresentada por parte do

Governo merece, da parte do Partido Socialista dos Açores, concordância genérica, mas o PS nunca fez nem fará uma apreciação qualitativa do trabalho dos jornalistas e das linhas editoriais dos órgãos de comunicação social privados, porque isso será um péssimo contributo para a consolidação da nossa democracia. E para isso não contam com o Partido Socialista.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito Obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 11h50.

Eram 11 horas e 33 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 55 minutos.

Vamos dar continuidade ao debate. Estava inscrito o Sr. Deputado Nuno Barata, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para intervir pela segunda vez neste debate. Suscitado pela intervenção do Sr. Deputado Paulo Simões, em primeiro lugar, queria esclarecer o Sr. Deputado Paulo Simões que sei muito bem a diferença entre um editorial e uma informação.

Deputado José Pacheco (CH): Ora bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Agora, porque há bocado não sabia!

O Orador: Mas, como sabe, foi o senhor que iniciou esse debate a classificar os *social*

media como informação. E penso que, generalisticamente, podemos assumir que muita da opinião que é publicada nos órgãos de comunicação social é também ela interpretada pelos seus leitores como informação.

E longe de mim focar-me em V. Exa. concretamente, até porque isso poderia ter suscitado da sua parte um protesto ou uma defesa da honra, o que não aconteceu. Por isso, fico muito mais tranquilo.

É verdade que essa proposta é uma proposta de continuidade e que, nas suas palavras, vem melhorar o documento que tínhamos anteriormente. É verdade, melhora em cerca de 1,3 milhões de euros de dinheiro dos contribuintes. Esta é que é a questão fundamental aqui neste processo.

Deputado José Pacheco (CH): Exatamente!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso é porque não analisou a proposta!

O Orador: E não me suscita qualquer espanto a posição do Partido Socialista nesta matéria, porque isto não é mais senão uma confirmação daquilo que é um dos problemas políticos deste país e desta Região há muitos anos: o bloco central de interesses.

Se bem que o PS, numa primeira fase, na análise da urgência, tenha preferido ficar em cima do muro em vez de ir a jogo rapidamente. Nada mais bem escolhido do que o Sr. Deputado Berto Messias para o fazer — um homem dos touros, que está sempre habituado a estar em cima do muro.

E há uma última questão que aqui importa esclarecer e que tem a ver com aquilo que o Sr. Deputado Paulo Simões disse sobre as associações Clube Asas do Atlântico e Rádio Clube de Angra. O problema do Clube Asas do Atlântico, neste momento, por exemplo, não é um problema da estação de rádio, é um problema da associação, que ficou sem corpos dirigentes.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem! É verdade!

O Orador: O grande problema do Clube Asas do Atlântico não é a estação de rádio. Aliás, a estação de rádio é, talvez, aquela que mais contribui para a sustentabilidade

financeira do Clube Asas do Atlântico. O problema está no dirigismo, que é um problema transversal nos Açores, que já, aqui, esta semana, fiz referência.

Mas vamos ao centro deste debate. Nós somos contra este diploma, já o dissemos noutra tempo e voltamos a referir agora. Este diploma tem o perigo de, atendendo à pequenez do nosso mercado, que não é anárquico... Também me suscita algum espanto o CDS, agora, diabolizar o mercado, quando ainda há pouco tempo o defendia. Mas isso fica com cada um.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não, não! Os senhores é que querem o anarquismo! Não deturpe as minhas palavras!

O Orador: E é neste sentido que me suscita preocupações. Com a dimensão do mercado que nós temos, quanto mais condicionado ele for pelos apoios estatais, menos livre ele é. E disto a Iniciativa Liberal não abdica: não abdica do equilíbrio financeiro desta Região, que vai gastar dos contribuintes mais 1,3 milhões de euros do que era gasto antes; e não abdica da liberdade dos cidadãos e da liberdade dos órgãos de comunicação social.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É bom que se esclareça. Estão aqui a tentar colocar a questão nos jornalistas. Não estamos a discutir jornalistas, estamos a discutir um apoio à comunicação social privada, estamos a falar de empresas.

Se os jornalistas fazem o que lhes mandam, se têm medo de serem despedidos, isso é um problema deles, laboral. Eu até aconselho: quem estiver mal, o melhor que faz é mudar-se. Ninguém é obrigado a fazer fretes. Ninguém é obrigado a fazer coisas contra a sua vontade ou a sua ética. Ninguém. Mas a verdade é que têm de pôr pão na mesa e, às vezes, sujeitam-se a isso. Pronto, é a realidade de uma terra pequena.

Mas estamos a falar de empresas que não vão à procura da publicidade, ficam sentados à espera que o telefone toque e que se venda a publicidade. Eu sei bem do que falo. Aliás, se não soubesse, perguntava aqui ao meu colega, que tem empresas, quantas vezes é que lhe é tentada vender publicidade pelos órgãos de publicação social. Eu perguntei, e ele disse: zero.

É disto que estamos falando, da sobrevivência destas empresas e dos seus funcionários, que por acaso são jornalistas, mas podiam ser mecânicos, é da má gestão e da subsidiodependência dos seus donos.

Mas depois dessa longa homilia, de 12 minutos e 35 segundos, que ouvimos da parte do PS, pela voz do Sr. Deputado Berto Messias, chegámos a uma conclusão fácil, todos ouviram: afinal, estava tudo combinado. Afinal, o PS e o PSD combinaram aprovar isto, desta maneira, desta forma, para estes... Afinal, nada mudou, não há inovação.

Está aqui a prova dos apoios. É vergonhoso! Para qualquer empresário desta terra que pede um apoio, está aqui quanto é que andam a receber. Qual é a parte da vergonha? É que este dinheiro não está indo parar aos funcionários, aos tais jornalistas, não está. Está a ficar nos donos das empresas. E como é que eu sei isto?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso só vem confirmar a teoria do Bloco!

O Orador: Eu sei isto porque tenho no meu gabinete e na minha bancada uma jornalista, e no meu gabinete uma chefe de gabinete que era jornalista no mesmo órgão de comunicação social, que se foram embora sem receber o que lhes era devido, que se foram embora com perseguições. Quando chegaram à inspeção de trabalho, já estavam mais que avisados. É o sistema que temos. É o jornal que mais *fake news* faz sobre o CHEGA! É o jornal que mais nos ataca! Os jornais, porque são vários.

E nós temos de pagar isso tudo?! Nós, contribuintes, temos de pagar isso tudo?! Era o que faltava! Quem tem unhas toca viola; quem não tem unhas não toca viola. É a lei da vida.

E mais, na questão das rádios, e quem não sabe fica a saber, as rádios têm frequências, não monta uma rádio quem quer. *Online* ainda é mais fácil. Mas não monta uma rádio

de difusão pública quem quer, monta quem pode, porque as frequências já estão atribuídas. Alguém acha que, quando cair uma rádio, não vai aparecer comprador? Claro que vai aparecer. Se calhar, alguém que vai atrás da publicidade, que vai gerir o seu negócio (como eu fiz com os meus no mundo da publicidade) e há de se safar, porque não é assim tão difícil. Então, se a economia está a crescer, os empresários estão todos apavorados? Claro que não estão. Há muita maneira de saber vender.

Agora, nós, CHEGA, que tanto defendemos a RTP Açores... Não são as notícias da RTP Açores que nós defendemos. Nem a redação da RTP Açores, que nos faz *fake news*, que até já vão ser alvo de algum processo. Não é nada disso. Nós defendemos é a existência de uma RTP Açores. O princípio é este: termos uma informação, tanto televisiva, como radiofónica, nas nove ilhas dos Açores, ponto. Isto está assegurado. O CHEGA continua sem perceber por que razão é que temos de pagar e sustentar as empresas de comunicação social privadas. E é bom que os Açorianos percebam que se está a dar 2 milhões de euros para estas empresas, retirando este apoio a empresas que realmente fazem muita falta ao desenvolvimento dos Açores.

Querem ver a modernização? É ir aos armazéns ver os computadores fechados há anos. Qual modernização? Vão aos *sites* destes jornais e vejam a sua qualidade. Vemos que é puro amadorismo. Mas o dinheirinho entra. É uma coisa abismal! Mas isso cada um faz como quer. Eu é que fiz o do CHEGA Açores, está riquinho, bonitinho. Cada um faz como quer, com as ferramentas que tem. Agora, pedir ao Estado e aos contribuintes que paguem e, depois, prestar o mau serviço, com o CHEGA nunca vão contar! Mas é nunca!

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O CHEGA esgotou o seu tempo para este diploma.

Sr. Deputado Paulo Simões, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Simões** (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É só para clarificar aqui algo que foi dito pelo Sr. Deputado José Pacheco, que não corresponde de todo à verdade. Não é verdade que as empresas de comunicação social não tentem angariar publicidade, vender publicidade.

Deputado José Pacheco (CH): Quer falar disso?

O Orador: De resto, há muitas empresas que têm departamentos próprios de publicidade, com diretores comerciais, que fazem um esforço diário e têm planos mensais e planos anuais para cumprir de angariação de publicidade.

De resto, se a vida já está difícil, um dos grandes problemas é a quebra de receita publicitária, como já aqui foi dito. Esta é uma verdade. O modelo de negócio da comunicação social pouco mudou, continua assente, no caso dos jornais em concreto, em assinaturas e em publicidade; na rádio é mais difícil ainda, porque é só publicidade. E, portanto, não corresponde à verdade. Estará certamente mal informado.

Deputado José Pacheco (CH): Não estou, não! Garanto-lhe que não estou!

O Orador: A verdade é que as empresas de comunicação social dos Açores fazem um esforço enorme para angariar publicidade. Neste momento, são mais as portas que se fecham do que aquelas que se abrem à venda de publicidade.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Pacheco, V. Exa. já não tem mais tempo e por isso vou fazer só duas observações sem entrar em grandes contraditórios, porque é desigual. Sabe, eu não gosto quando alguém já não tem tempo no debate para se poder defender e poder exercer o contraditório. Nesse sentido, tenho só duas coisas para lhe dizer.

Aparte impercetível.

Sr. Deputado, deixe-me só terminar, porque não tenho muito tempo.

Sr. Deputado José Pacheco, em primeiro lugar, em relação à RTP Açores, V. Exa. não tem razão, porque a RTP Açores também está a ser apoiada por 220 mil euros anuais, o que é bastante significativo, que o Governo considerou no Plano.

Deputado José Pacheco (CH): E fomos nós que pedimos.

O Orador: São 220 mil euros por ano, embora essa seja uma competência, como se sabe, da República. A República é que tem a obrigação de financiar a RTP Açores, mas a Região Autónoma dos Açores está a dar um apoio. Aliás, foi reconhecido o mérito do apoio que estamos a dar à RTP.

Eu, conhecendo bem — é a minha função, analiso bem os programas dos diversos partidos — o programa do CHEGA, digo-lhe uma coisa: há algo que o CHEGA não está de acordo de certeza absoluta, que é com o facto de, nos Açores, no futuro, sobreviverem apenas os órgãos de comunicação social públicos. O CHEGA não defende isso, defende a presença de órgãos de comunicação social privados. E o financiamento para os órgãos de comunicação social privados, em comparação com os públicos, é de apenas 12 %.

Deputado José Pacheco (CH): E depois? Até pode ser zero! O senhor continua a não dizer nada.

O Orador: O financiamento público é de apenas 12 %. Portanto, nesta matéria, não vamos inverter aquela que é a realidade, Sr. Deputado.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor faz comparações incomparáveis.

O Orador: Depois, quero também dizer ao Sr. Deputado António Lima, em relação às questões que colocou, há pouco até com uma inovação — quem diz que o Sr. Deputado António Lima não traz inovação para o debate está enganado —, que foi a forma como se dirigiu ao CHEGA a solicitar-lhe o voto, parecia as nereidas, sedutoras, que Camões

descreveu também...

Deputado António Lima (BE): Já que o senhor não se quer deixar seduzir...

O Orador: Não. Mas deixe-me dizer-lhe: eu não sei se o CHEGA se deixou ou não seduzir, mas posso-lhe dizer que o Governo, em parte, se deixou seduzir. Vamos votar favoravelmente algumas das vossas...

Deputado António Lima (BE): O Governo não vota!

O Orador: Nós temos uma opinião favorável, assim é que é. Obrigado, Sr. Deputado, chamou-me à atenção. Foram muitos anos (16) a votar, agora não posso votar.

Por isso, Sr. Deputado António Lima, nós fomos seduzidos por V. Exa. e temos uma opinião favorável sobre algumas das suas propostas.

Sr. Deputado, também tenho de lhe responder, foram levantadas questões pelo PAN. Em relação às questões levantadas pelo Sindicato dos Jornalistas, não querendo entrar em polémica com o sindicato, quero apenas dizer-lhe que não é verdade que não tenham sido integradas, em parte, propostas do Sindicato dos Jornalistas. A expressão que lá está é “todas”, que “foram todas recusadas”. Por exemplo, em relação a ter ao seu serviço no mínimo um jornalista com carteira profissional ou colaborador equiparado a jornalista, está lá. Era uma das alterações sugeridas pelo sindicato e foi acolhida. Depois, há aqui também uma situação intermédia em que nós consignamos, não o período temporal que os jornalistas estavam a propor, mas uma parte desse período. Portanto, quer dizer que não é verdade que as propostas do Sindicato dos Jornalistas não tenham sido acolhidas, pelo menos parcialmente. E, portanto, sobre esta matéria, é também importante referenciar isso.

Depois, sobre a comunicação social dos Açores, deixem-me dizer: é uma comunicação social livre. E sabem uma coisa? Não sou eu que o digo, não é o Governo que o diz, são os próprios órgãos fiscalizadores. Em relação aos Açores, é uma das regiões em que não detetam problemas. Uma comunicação livre é a dos Açores, é um dos exemplos que é referenciado pelas várias entidades reguladoras. Portanto, temos uma comunicação social que, na Região Autónoma dos Açores, funciona de forma livre.

Isto é algo que nos deve deixar muito entusiasmados, esse tipo de referências.

Finalmente, em relação à intervenção do Sr. Deputado Berto Messias, dizer o seguinte: já aconteceu em relação ao apoio extraordinário, tão importante para a comunicação social, que aqui foi proposto, ele só foi aprovado com o apoio do Partido Socialista. E sim, é verdade, uma das matérias que era considerada crucial no âmbito do funcionamento do sistema automático era realmente a área da comunicação social. Existia aqui um acordo entre o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Presidente do PS Açores, o Deputado Francisco César. E, portanto, nesse sentido, eu aqui só posso testemunhar a forma como se cumpre a palavra e aquilo que é acordado.

Esta é uma matéria em que é importante chegar a um consenso autonómico, é uma área fundamental. Assim, da parte do Partido Socialista, aqui referenciar uma atitude muito correta, uma atitude de análise em conjunto da iniciativa que está a ser proposta, também com as várias propostas neste âmbito.

Portanto, reconhecer aqui o papel muito importante que o Sr. Deputado Francisco César e o Sr. Deputado Berto Messias desempenharam nesta matéria, para que seja possível avançar com esta alteração, que é tão importante para a nossa comunicação social. Era esta a referência, que é de justiça fazer.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

A Mesa, neste momento, não tem inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, registo a sua intervenção e o facto de ter comunicado à Câmara

que há propostas do Bloco de Esquerda sobre as quais o Governo terá uma opinião favorável, o que significará a sua aprovação. Mas não disse quais, o que também é revelador de que provavelmente serão as menos relevantes ou as que trazem menos dificuldades ao Governo. Por isso, gostaria de saber quais são, porque disso também depende o nosso sentido de voto, o qual está totalmente em aberto, neste momento, deixe-me dizer, desde o voto contra ao voto favorável.

Um dos aspetos mais importantes é efetivamente o cumprimento do acordo do contrato coletivo de trabalho entre a Associação das Empresas de Imprensa e o Sindicato dos Jornalistas. Este ponto é especialmente importante — não que os órgãos de comunicação social tenham apenas jornalistas, é preciso olhar para todos os trabalhadores, como é evidente —, porque não só é uma reivindicação dos jornalistas, foi também uma promessa do Presidente do Governo Regional.

E nós estamos num quadro em que o Governo apresenta esta proposta, mas já se comprometeu a apresentar duas outras medidas: o apoio ao pagamento de assinaturas e um programa de publicidade institucional. Não está aqui, mas espero que esteja noutros diplomas.

Neste quadro em que o aumento do financiamento aos órgãos de comunicação social privados será muitíssimo superior, a Região tem de garantir que qualquer órgão de comunicação social cumpre este contrato coletivo, que, aliás, já teve portaria de extensão nacional, ou seja, aplica-se a todos os órgãos de comunicação social, embora a portaria de extensão diga uma coisa que suscita dúvidas e que merece uma análise mais aprofundada até do ponto de vista jurídico, que, mais uma vez, o facto de estarmos a discutir este assunto com urgência e com conhecimento da proposta durante esta semana não nos permite.

Mas mesmo que essa portaria de extensão não esteja a ser aplicada nos Açores ou não tenha de ser aplicada nos Açores, está nas mãos do Governo Regional, como, aliás, diz a exposição de motivos do contrato coletivo de trabalho, fazê-la aplicar aos Açores. E aí não é com um apoio financeiro associado ao novo programa de apoio, é com força

de lei.

Por isso, Sr. Secretário, aplicar o contrato coletivo de trabalho dos jornalistas é um imperativo legal, é um imperativo moral. E esta matéria é essencial para nós. Por isso, eu gostaria de perceber qual é a avaliação que o Governo faz sobre ela.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Agradeço.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, eu gosto que o debate seja um debate sério e honesto por parte de todos. Portanto, em relação à questão do acordo coletivo de trabalho, da parte do Governo, não existe concordância, até porque existe impedimento legal.

Deputado António Lima (BE): Impedimento?! Qual?

O Orador: Neste momento, ele não vigora na Região Autónoma dos Açores, como sabe. As regiões autónomas estão excecionadas. Portanto, até do ponto de vista legislativo não o poderíamos fazer.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Façam uma portaria de extensão.

O Orador: Em aparte, estão a referenciar que poderá vir a ser feito no futuro. E é essa perspetiva que nós queremos abordar no futuro.

Para já, em relação a esta matéria, neste momento, a análise que fazemos, em relação a este diploma em concreto, não o vamos fazer.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo não está impedido legalmente de fazer a portaria de extensão, está obrigado legalmente a fazer, porque a própria exposição de motivos da Portaria de Extensão n.º 146/2024/1, de 5 de abril, diz o seguinte: “Considerando ainda que o contrato coletivo tem por âmbito geográfico de aplicação todo o território nacional e que a extensão de convenção coletiva de trabalho nas Regiões Autónomas compete aos respetivos Governos Regionais, a presente portaria apenas é aplicável no território do continente.” Sr. Secretário, a portaria de extensão só não é aplicada se o senhor não quiser. Por isso, aquilo que tem a fazer é aplicar. E tem 1 ano para o fazer, aprovando a proposta do Bloco de Esquerda.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Terminou já.

E digo-lhe, já agora, que a portaria de extensão tem dois artigos. Certamente, encontra um jurista no Governo que faça esta portaria de extensão em 2 dias.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Presidente: O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não disse que o Governo estava impedido de o fazer.

Deputado António Lima (BE): Disse, disse!

O Orador: Não disse isso. O que eu disse, e é bastante diferente, é que, neste momento, esta extensão não foi feita, nem pelo atual Governo, nem pelos anteriores governos.

Portanto, não podemos contemplar algo que, neste momento, não está feito. Como lhe disse, esta é uma matéria que vamos considerar. É preciso robustecer os órgãos de comunicação social para que venham a ter condições de o poder fazer.

E também é preciso ter em conta que os órgãos de comunicação social, nesta matéria,

evidentemente, também têm a sua perspetiva, também têm a sua capacidade de decisão, cada órgão.

O que lhe posso dizer em relação à adesão, ou não, é que esta é uma questão que, nesta legislatura, o Governo pensa resolver.

Já agora, aproveitando, a talho de foice, em relação à publicidade institucional, antecedendo aquilo que o Governo anunciou no âmbito do pacote dos 2 milhões de euros, neste momento, ao contrário do que acontece com o território continental, a Região Autónoma dos Açores também não tem a publicidade institucional regulada. É preciso regular. E esse é também um compromisso do Governo. Não foi feito, mas vai ser feito. É um conjunto de meios muito significativos e, evidentemente, a regulação tem de funcionar com a maior transparência.

Portanto, Sr. Deputado, nestas matérias, nós estamos a avançar por “mares nunca dantes navegados”.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, gostaria de fazer uma interpelação, se faz favor.

Presidente: Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, se me permite, gostaria de fazer chegar à Mesa uma cópia da resposta ao nosso requerimento de junho de 2024, para distribuição.

E pedia uma especial atenção ao ponto 3, o último, em que nós questionamos, enfim, como é que é feita a fiscalização. E a resposta do Governo é: “[...] nem competência para fiscalizar, da forma como são utilizados os apoios atribuídos.”

Achamos demasiado grave que se ande a dar aqui apoios, seja para o que for, nesse caso às empresas de comunicação social, e depois o Governo se coloque fora da fiscalização dos apoios. Um péssimo princípio!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Assim que a Mesa rececionar o documento, fá-lo-á distribuir pelos Srs. Deputados.

Sr. Secretário Regional, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por isso é que nós consideramos que há aqui uma proposta do Bloco de Esquerda que vai nesse sentido, que é o parecer prévio da Comissão de Análise e Acompanhamento referente à candidatura, que o Governo concorda.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias** (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é em concreto sobre a matéria que estamos aqui a apreciar no âmbito do decreto legislativo regional para apoiar a comunicação social privada, mas eu tenho de fazer uma precisão tendo em conta esta referência final do Sr. Secretário Regional: a publicidade institucional dos Açores é regulada há vários anos, desde 2010.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Exatamente!

O Orador: Eu recordo, por exemplo, o Decreto Legislativo Regional n.º 20/2010/A, de 31 de março, que define não só os pressupostos legais para aquisição de publicidade institucional, bem como obriga o Governo Regional a divulgar, no início de cada ano, o relatório com a publicidade institucional adquirida e publicada no ano anterior. Portanto, a publicidade institucional da Região está publicada há pelo menos 15 anos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O decreto não está a ser cumprido pelo Governo, mas isso é outra conversa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Podemos passar à votação?

Pausa.

Vamos então iniciar a votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XIII — “Estabelece o Sistema de Incentivos aos Media Privados dos Açores”.

Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XIII foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP e 1 do PPM, com 5 votos contra do CH e 1 da IL, e com 1 abstenção do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade.

Os dois primeiros artigos, posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os 1.º e 2.º artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos 1.º e 2.º foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Coloco à votação as propostas de alteração apresentadas pelo PSD, CDS-PP e PPM ao artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 3.º foram aprovadas com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Está à votação o artigo 3.º do diploma com estas propostas de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 3.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo PSD, CDS-PP e PPM ao artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 4.º foram aprovadas com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento da alínea d) ao n.º 1 do artigo 4.º apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento da alínea d) foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL, com 1 voto a favor do BE e 1 do PAN, e com 23 abstenções do PS.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento da alínea e), apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao n.º 1 do artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento da alínea e) ao n.º 1 do artigo 4.º foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 4.º do diploma com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 4.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Coloco à votação as propostas de alteração efetuadas pelo PSD, CDS-PP e PPM ao artigo 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 5.º foram aprovadas com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Está à votação o artigo 5.º do diploma com estas propostas de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 5.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Os três próximos artigos (6.º, 7.º e 8.º) não têm propostas de alteração. Podem ser em conjunto?

Pausa.

O n.º 3 do 6.º em separado.

Estão à votação o n.º 1 e o n.º 2 do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 1 e o n.º 2 do artigo 6.º foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do BE, com 5 votos contra do CH e 1 da

IL, e com 1 abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação o n.º 3 do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 3 do artigo 6.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do BE, e com 5 votos contra do CH, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Os artigos 7.º e 8.º podem ser em conjunto?

Estão à votação os artigos 7.º e 8.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos 7.º e 8.º foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao n.º 2 do artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 9.º foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Coloco à votação o artigo 9.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 9.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Os três próximos artigos não têm propostas de alteração. Podem ser em conjunto?

Estão à votação os artigos 10.º, 11.º e 12.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos 10.º, 11.º e 12.º foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM à alínea a) do n.º 1 do artigo 13.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Está à votação o artigo 13.º com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 13.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Do 14.º ao 19.º não há propostas de alteração. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

Está à votação o artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 14.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Está à votação o artigo 15.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 15.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Está à votação o artigo 16.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 16.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Está à votação o artigo 17.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 17.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, com 5 votos contra do CH, 1 do BE e 1 da IL, e com 1 abstenção do PAN.

Presidente: Estão à votação os artigos 18.º e 19.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos enumerados foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Avançamos para o artigo 20.º. Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao n.º 2 do artigo 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 20.º foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do n.º 3, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao artigo 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento do n.º 3 ao artigo 20.º foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Vamos votar o artigo 20.º do diploma com estas duas propostas de alteração que aprovámos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 20.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, do 21.º ao 28.º não há propostas de alteração...

Pausa.

Estão à votação os artigos 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 27.º e 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 27.º e 28.º foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento da alínea e), apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM, ao artigo 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento da alínea e) ao artigo 29.º foi aprovada com 23

votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Coloco à votação o artigo 29.º do diploma com esta proposta de aditamento que acabámos de incluir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 29.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, do 30.º ao 35.º não há proposta e alteração. Podem ser em conjunto?

Pausa.

Estão à votação os artigos 30.º, 31.º, 32.º, 33.º, 34.º e 35.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos 30.º, 31.º, 32.º, 33.º, 34.º e 35.º foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento da alínea e) apresentada pelo Bloco de Esquerda ao artigo 36.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento da alínea e) ao artigo 36.º foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Está à votação o artigo 36.º com esta proposta de aditamento que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 36.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Avançamos para o artigo 37.º. Há uma proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração à alínea d) do artigo 37.º foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL, com 1 voto a favor do BE e 1 do PAN, e com 23 abstenções do PS.

Presidente: Votamos o artigo 37.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 37.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, e com 5 votos contra do CH, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 38.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 38.º foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH e 1 da IL.

Presidente: Os dois últimos artigos podem ser em conjunto?

Estão à votação os artigos 39.º e 40.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos 39.º e 40.º foram aprovados com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos contra do CH 1 e

da IL.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XIII foi aprovada com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP e 1 do PPM, com 5 votos contra do CH e 1 da IL, e com 1 abstenção do BE e 1 do PAN.

Presidente: Para uma interpelação, Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (PSD): Sr. Presidente, muito obrigado.

Para informar V. Exa. e a Câmara que, nos termos previstos no nosso Regimento, eu farei a entrega de uma declaração de voto escrita.

Presidente: Sim, senhor, está registado.

Sr. Deputado José Pacheco, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Da parte do CHEGA, nós continuamos a achar lamentável que se aprove esse tipo de legislação para empresas de um setor tão específico, que nem sequer é fundamental, quer seja económico ou social, para o desenvolvimento dos Açores.

Também para informar que, neste sentido, porque este processo já se arrasta há algum tempo, o CHEGA Açores fez entrar na Comissão Europeia uma queixa contra esta legislação, contra este tipo de comportamento, até porque achamos que penaliza a concorrência nos Açores e penaliza aquilo que devia ser, ao contrário do que outros acham, o mercado a funcionar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda absteve-se na votação final global deste diploma por vários motivos. Em primeiro lugar, o diploma inicial era omissivo em várias matérias que considerávamos essenciais. Apresentámos, por isso, um conjunto de propostas de alteração que incluíam questões laborais e outras questões, nomeadamente a produção própria de conteúdos jornalísticos pelas empresas apoiadas, a existência de parecer prévio da Comissão de Análise e, no que diz respeito naturalmente também às questões laborais, a majoração para empresas que convertessem contratos de trabalho a termo em contratos sem termo.

Estas propostas que acabei de referir foram aprovadas e são uma melhoria significativa do diploma. Todavia, outras questões, que para nós eram absolutamente determinantes que a proposta tivesse, não foram aprovadas. E algumas delas eram até promessas do proponente, do Governo, no que diz respeito, por exemplo, à aplicação do contrato coletivo de trabalho dos jornalistas.

Para nós, também era importante que a manutenção dos quadros de pessoal não se fizesse apenas por 2 anos, mas fosse alargado para 3 anos.

Tendo em conta estas duas matérias, que eram, para nós, absolutamente determinantes para o nosso sentido de voto chegar a ser favorável, optámos pela abstenção, porque podia ter-se ido bastante mais longe no que diz respeito à melhoria das condições de trabalho, à estabilidade dos trabalhadores dos órgãos de comunicação social e dos jornalistas em particular.

Como referi no debate, não há liberdade com precariedade. A precariedade também é ter baixos salários. E sabemos que, nos Açores, os jornalistas têm, em regra, muito baixos salários. Por isso, efetivamente, pode-se e deve-se ir mais longe. E é preciso aplicar, nos Açores, o contrato coletivo de trabalho dos jornalistas.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, eu gostaria do esclarecimento da Mesa, sobretudo, se eu percebi bem ou mal, relativamente ao seguinte: o Sr. Deputado Joaquim Machado, segundo me apercebi, votou da mesma forma que votou o seu grupo parlamentar. E o que eu gostaria de perguntar à Mesa é se, face ao artigo 89.º, n.º 1, do nosso Regimento, é ou não possível a um deputado que não vote diferente do sentido de voto do seu grupo parlamentar apresentar uma declaração de voto. Gostava de clarificar o entendimento da Mesa sobre essa matéria.

Muito obrigado.

Presidente: De facto, o Regimento refere que, votando de forma diferente... Creio que o histórico não tem sido esse. Qualquer deputado pode apresentar uma declaração de voto, a qual é anexada ao diário. Podemos esclarecer essa questão, mas penso que o histórico tem sido esse. Vou esclarecer, Sr. Deputado.

Faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, peço novamente a palavra para uma interpelação, porque esta é uma questão relevante para mim neste diploma, tal como noutros diplomas nos quais eu me abstive de apresentar uma declaração de voto, exatamente porque considerei a letra do Regimento. Peço a V. Exa. que efetivamente clarifique esse assunto, porque acho que é importante que todos os deputados saibam em que termos é que podem guiar-se.

Muito obrigado.

Pausa.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa, neste momento, mantém o entendimento de que pode apresentar uma declaração de voto. Averiguada a questão, se estiver errado, comunicarei à Câmara. Mas creio que isso é possível.

Sr. Deputado Paulo Simões, terá pedido a palavra para uma interpelação?

Deputado Paulo Simões (PSD): Não, era para uma declaração de voto. Entretanto, distraí-me aqui com estas coisas, não sei se ainda vou a tempo...

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Simões** (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Bancada Parlamentar do PSD aprovou este diploma por entender que é uma melhoria do que já vinha de trás, no sentido daquilo que aqui já foi dito, de fortalecer a comunicação social dos Açores. O setor da comunicação social vive dias difíceis, já vinha sentindo essas dificuldades há muito. A pandemia agravou essas dificuldades.

Enquanto outros setores, melhor ou pior, já conseguiram recuperar, a comunicação social — e não é apenas nos Açores — está de facto enfraquecida.

De boa-fé e com espírito democrático, devemos entender que os jornais, as rádios e as televisões são livres, são, como aqui foi dito, o contrapoder. É bom que a comunicação social incomode os políticos e a classe política, é bom que incomode o Governo e a oposição — também é esse o papel da comunicação social.

É nesse sentido que este programa foi proposto: dar mais instrumentos e capacitar a comunicação social para tentar fazer o melhor que pode numa região dispersa, com comunidades pequenas, onde, enfatizo, o negócio da comunicação social privada é particularmente difícil. Eu não consigo imaginar uma ilha sem um jornal, sem uma rádio. Pelo menos isso.

E nunca nos esqueçamos disto: numa situação de catástrofe, de crise (que esperemos que seja bem distante dos tempos atuais), a comunicação social é fundamental para manter as populações informadas.

Nós tendemos a olhar apenas para o nosso umbigo, a classe política, eu entendo, mas a comunicação social extravasa isso em muito mais, a comunicação social é o elo que liga os povos. E, no caso concreto, é a ligação de todas as ilhas e dos Açorianos à sua

diáspora.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Atingimos a hora regimental, mas se alguém ainda quiser fazer alguma declaração de voto...

Pausa.

Vamos então encerrar os nossos trabalhos. Continuamos às 15 horas, com o ponto 18.

Eram 13 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos com o ponto 18 da nossa agenda, **pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 24/XIII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova as diligências necessárias a fim de garantir no âmbito do programa de opções específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade (“POSEI”) o apoio monetário ao produtor individual de banana na RAA”.**

Eram 15 horas e 4 minutos.

Este pedido de urgência é do CHEGA.

Tem a palavra para justificar a urgência, a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

Deputada Hélia Cardoso (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O apoio ao acondicionamento e comercialização da banana é atribuído ao produtor.

Nas ilhas de São Miguel e Terceira, existem cooperativas que têm a tarefa de atribuir

este subsídio, enquanto nas ilhas sem cooperativas o apoio é entregue diretamente aos produtores.

Nas duas ilhas referidas, ou seja, Terceira e São Miguel, há produtores que não têm interesse em constituir-se como cooperantes, ficando sem acesso a este apoio, o que constitui uma desigualdade no acesso a um benefício a que têm direito pela atividade agrícola que desenvolvem. Este projeto de resolução tem por objetivo sanar essa desigualdade. Como tal, consideramos muito útil a discussão em comissão para melhorar este projeto, mas com rapidez, para resolver o prejuízo provocado a alguns produtores de banana e que afeta o seu rendimento, bem como o pequeno mercado local de quem são fornecedores. A existência dessa desigualdade justifica por si só a urgência.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) **Deputada Patrícia Miranda** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Inscrevi-me apenas para fazer uma questão muito direta ao Grupo Parlamentar do CHEGA, para saber qual é realmente a urgência desta proposta.

Fico a aguardar a resposta.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como eu referi há pouco, a perda de rendimento dos produtores que não são

cooperantes.

Obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) **Deputada Patrícia Miranda** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Hélia Cardoso:

Eu volto a fazer a mesma pergunta: qual é realmente a urgência?

Se calhar vou tentar ser mais perceptível: qual é o prazo que justifica essa urgência?

Porque, na verdade, qualquer alteração que seja feita ao POSEI tem de ser comunicada à União Europeia, e existem prazos que têm de ser tidos em conta.

Nesse sentido, eu pergunto qual é o prazo, neste caso, que o vosso grupo parlamentar está a tomar como urgente.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Patrícia Miranda** (PS): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A verdade é que qualquer alteração que seja feita agora, independentemente do prazo adotado, só vai entrar em vigor a partir do dia 1 de janeiro de qualquer ano, neste caso, será a partir do próximo ano.

Então volto a questionar: qual é a urgência neste projeto de resolução, uma vez que as candidaturas, quer para produtores individuais quer para cooperativas, são feitas para o 1.º semestre no mês de julho e para o 2.º semestre no mês de janeiro?

Mesmo que este projeto seja tramitado com urgência na Comissão de Economia, só vai subir a plenário no mês de fevereiro, portanto eu volto a questionar: qual é que é a urgência?

Deputado José Pacheco (CH): Em março.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Patrícia Miranda mostrou aqui os seus conhecimentos sobre o funcionamento destes diplomas, mas eu volto a repetir que se considera que a questão do rendimento dos produtores não é relevante...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é a análise da iniciativa, não é a urgência!

A Oradora: Exato. Tem de ser feito, porque quando nós defendemos que vá à comissão, é para se recolher pareceres, escolher a melhor forma e os melhores procedimentos para ficar pronto a tempo.

Eu não lhe posso dizer mais do que isto.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista é a favor de qualquer medida que sirva e que seja para salvaguardar o rendimento de todos e quaisquer agricultores, independentemente da sua condição e da sua produção.

Ruídos na Câmara.

Infelizmente o Grupo Parlamentar do CHEGA continua a não conseguir fundamentar a urgência desta resolução.

É que tem de ser ouvida em comissão, nós temos de ouvir entidades com demasiada importância neste assunto, nomeadamente as cooperativas e os próprios produtores, porém não entendemos, nem se justifica a urgência da tramitação em comissão, sob pena de alguns dos pareceres ficarem por auscultar. E, nesse sentido, o Partido Socialista acompanha todas e quaisquer medidas que sejam importantes para apoiar os

nossos agricultores, mas não conseguimos compreender esta urgência, nem o próprio Grupo Parlamentar do CHEGA consegue justificá-la.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Creio não existir.

Vamos passar à votação do pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 24/XIII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 24/XIII foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do IL e 1 do PAN e com 23 votos contra do PS e 1 do BE.

Presidente: Avançamos para o ponto 19 da nossa agenda: **pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 25/XIII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a criação de um mecanismo de combate às baixas fraudulentas”**.

É uma iniciativa do CHEGA.

Para fundamentar o pedido de urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Governo Regional dos Açores não sabe se foram detetadas baixas fraudulentas de professores e assistentes operacionais nas escolas da Região nos últimos 5 anos, nem sabe quantos professores estão de baixa médica de longa duração, passível de serem baixas fraudulentas.

Numa resposta a um requerimento do CHEGA, onde se questionava sobre o número de professores e assistentes operacionais que estão desde o ano letivo de baixa médica, soubemos que se encontravam de baixa, até ao início do ano de 2024/2025, 224 docentes, aumentando para 308 em janeiro de 2025.

Já em relação aos assistentes operacionais, no arranque do ano letivo 2024/2025, estavam de baixa médica 220 profissionais, aumentando para 233 em janeiro de 2025.

Para o CHEGA, trata-se de uma questão que tem de ser devidamente aferida e tem de haver a devida fiscalização destas baixas médicas, sendo, por isso, urgente proceder já a esta averiguação, sob pena de qualquer dia querermos professores e não termos, querermos assistentes operacionais e não termos, porque estão todos em casa... doentes.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Talvez era importante perceber porque é que eles estão em casa.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Toste, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Toste (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CHEGA traz-nos aqui um pedido de urgência relativamente a uma recomendação ao Governo Regional para a criação de um mecanismo de combate às baixas fraudulentas.

O Partido Socialista entende que existindo baixas fraudulentas, naturalmente as mesmas devem ser combatidas e devem ser criados todos os mecanismos necessários a este combate. Não obstante, as justificações que o CHEGA traz para a urgência são duas: a primeira, que foi apresentada logo de início, é que o Governo não sabe, ou seja, que o Governo tem desconhecimento de algo; o facto do Governo ter desconhecimento de algo não é fundamento para esta urgência, porque há muitas coisas que o Governo desconhece e não é por isso que tudo é urgente.

Deputada Olivéria Santos (CH): O seu Governo.

O Orador: Mas no final da sua intervenção, a Sra. Deputada acabou por dar precisamente os argumentos pelos quais o Partido Socialista vai votar contra esta urgência. A Sra. Deputada afirmou que é necessário ser devidamente aferido quais são as regras e que as mesmas devem ser convenientemente fiscalizadas. Ora, se é

necessário aferir, é natural que haja iniciativas que permitam que isto seja devidamente feito. E para tal, as opções e os mecanismos necessários à fiscalização devem ser devidamente apreciados nas comissões e nós não o devemos fazer à pressa e com urgência...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Gostei dessa associação da “pressa à urgência!”

Não se esqueça disso!

O Orador: ... mas ponderando aquelas que são as melhores respostas.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O assunto que versa este projeto de resolução do CHEGA que está associado a este pedido de urgência que agora apreciamos, é um assunto efetivamente sério e exige da nossa parte uma análise não só cuidada, mas rigorosa do que se trata.

É preciso não embarcar, em primeiro lugar, a reboque de uma suposta (quase) emergência, numa ideia de que tudo é fraude ou de que, pelo contrário, nada é fraude. Efetivamente, as baixas fraudulentas existem muitas vezes, ou por vezes, sempre existirão, e é preciso que existam mecanismos que permitam aferir e combater este fenómeno.

Não quer isso dizer que todas as baixas, prolongadas ou não, sejam fraudulentas e, muito menos, como aqui se procurou insinuar, que todos os professores de baixa estão a cometer fraude ou que todos os assistentes operacionais de baixa estão a cometer

fraude. Isso não é verdade. E é preciso que fique bem claro que nós não concordamos, não aceitamos, que se diga que toda a gente que está de baixa, está de baixa fraudulenta.

Deputado Paulo Gomes (PSD): É sempre uma tragédia!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A esquerda agora é que decide se é urgente ou se não é urgente!

O Orador: E essa ideia passou por este debate.

Também devo dizer que a urgência desta matéria, em parte (do projeto de resolução), tem a ver com juntas médicas. E recordo que, ainda nesta sessão legislativa, aprovou-se nesta Casa um decreto legislativo regional com urgência exatamente relativo a baixas e a juntas médicas. E se há poucos meses se aprovou um decreto legislativo regional sobre esta matéria, qual é o sentido que há, sem aferir do resultado deste DLR e dos seus resultados, em aprovar uma nova recomendação, sem se aferir do resultado daquilo que foi aprovado por este Parlamento? Trata-se duma proposta do Governo que se debruça sobre as juntas médicas.

Ora, aquilo que nos parece, tal como já dissemos relativamente a outros pedidos de urgência que aqui surgiram (e não são todos iguais, já aprovámos pedidos de urgência durante esta semana), nós avaliamos os pedidos de urgência por aquilo que eles são. E como é evidente, é preciso olhar para eles e para a sua justificação. O que nos parece é que, tanto este como o anterior – e, de certa forma, junto aqui a nossa argumentação para os dois –, trata-se, mais uma vez, daquilo que já disse, ou seja, é uma forma de acelerar a subida a plenário das iniciativas do Governo de coligação e do CHEGA, porque é isso que tem acontecido. E é, mais uma vez, deixar as iniciativas dos restantes partidos a marinar nas comissões. Não há aqui mais urgência nesta proposta do que na anterior, do que em inúmeras propostas que estão na comissão, de vários partidos, muito importantes e com pertinência. De facto, aquilo a que se assiste é a esse abuso da maioria absoluta da coligação e do CHEGA.

Protestos de alguns Deputados da bancada do PSD.

O Orador: De facto, não vemos motivo suficiente para aprovar um pedido de urgência em Comissão desta natureza.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares para uma interpelação.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Faço esta interpelação à Mesa, porque o Governo foi interpelado várias vezes nesta última intervenção. Por isso, pergunto-lhe, Sr. Presidente: no âmbito do debate de urgências de diplomas que não são da nossa iniciativa, o Governo pode participar?

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional. Não pode efetivamente participar neste debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pareceu-me, pelo menos da minha parte, que nem todos os professores de baixa estão de baixa fraudulenta, mas pareceu-me que toda a gente que estava em baixa de longa duração, poderia estar de baixa fraudulenta. E é preciso ter algum cuidado ao dizer isso. Por isso, o PAN acha que é mesmo urgente, nem que seja para tirar o estigma do professor que está de baixa, que não seja baixa fraudulenta.

Deputado Nuno Barata (IL): Ora nem mais!

O Orador: Por isso, é mesmo necessário e é urgente que haja uma fiscalização, mas, por um lado, numa forma empática, sensível (porque é uma situação sensível da parte das pessoas que estão de baixa), para não estarem todos no mesmo “saco”. Há pessoas que estão de baixa porque necessitam de estar e há pessoas que só estão de baixa por alguma razão que é completamente desconhecida. Por isso, o PAN vai votar a favor

desta urgência.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para fundamentar o voto da Iniciativa Liberal nesta urgência, que será a favor, precisamente pelas mesmas razões que o Sr. Deputado Pedro Neves acabou de invocar.

É por haver, eventualmente, algum estigma sobre aquilo que o CHEGA aqui nos traz que é urgentíssimo clarificar esta situação.

Deputado José Pacheco (CH): É verdade.

O Orador: Porque os 308 docentes que estão de baixa prolongada não podem ficar com o rótulo na testa de estar em baixa fraudulenta.

Deputado António Lima (BE): Quem é que pôs o rótulo?

O Orador: Mas é preciso saber quais aqueles que estão de baixa fraudulenta e quais aqueles que, sendo docentes, enfermeiros, médicos, sendo o que for na Administração Pública e no setor privado, têm baixas fraudulentas. E esta é uma questão que é dos médicos e da deontologia dos médicos, portanto, a Inspeção Regional da Saúde é que tem de tratar desse assunto.

Por isso, eu acho que numa semana e em sessões plenárias e períodos legislativos – desde *1900 e cabelo* – em que se aprovam urgências com dispensa de exame em comissão de diplomas com 40, 50, 60 e 70 artigos, está-se a pôr em causa a aprovação de um projeto de resolução para se fazer uma coisa que já devia estar feita.

Obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ninguém está a pôr em causa!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Parecendo não haver, vamos então votar este pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 25/XIII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 25/XIII foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do IL e 1 do PAN, e com 23 votos contra do PS e 1 do BE.

Presidente: Avançamos para o ponto 20 da nossa agenda, para o **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 26/XIII – “Contabilização integral do tempo de serviço dos trabalhadores ao abrigo de “contratos covid” e conversão dos contratos a termo para contratos sem termo nos Hospitais”**.

É uma iniciativa do Bloco de Esquerda e para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este pedido de urgência prende-se com notícias recentes que dão conta de uma decisão judicial relativa a um processo interposto por trabalhadores do hospital de Ponta Delgada e que se encontram em funções ao abrigo dos chamados contratos covid.

Esta matéria tem sido amplamente debatida neste Parlamento, não só por proposta do Bloco de Esquerda, que aqui trouxe um projeto de decreto legislativo regional para promover a sua integração, mas também em propostas que depois sucederam em sede de orçamento da Região.

Ora, nós sempre defendemos que no caso dos hospitais deveria existir uma conversão dos contratos sem termo em contratos a termo, aliás, como a lei determina. Chegaram a existir orientações e decisões do conselho de administração do hospital de Ponta Delgada para que esses contratos fossem convertidos (de contratos a termo) em contratos sem termo, com tudo o que isso implica ao nível de posição remuneratória,

contabilização do tempo de serviço e cumprimento de contratação coletiva.

Por decisão do Governo, ou por orientações e indicações governamentais, não foi essa a decisão levada a cabo, ou seja, não foram convertidos os contratos de trabalho, pelo menos tanto quanto sabemos, na sua totalidade e ao que sabemos; para além desses casos, há outros trabalhadores que estão a interpor processos judiciais para terem naturalmente a mesma decisão (estão com essa expectativa) para que os contratos a termo se convertam em contratos sem termo.

Ora, tendo sido o Governo, neste caso o hospital de Ponta Delgada, condenado já em tribunal a converter os contratos, pagar créditos laborais, reconhecer tempo de serviço...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):
Condenado?!

O Orador: Sim o hospital foi condenado.

Tendo existido já essa decisão, importa que o Governo e o hospital acatem a decisão e adotem o mesmo critério para todos os trabalhadores. Isto porque não acatar a decisão e interpor recurso tem vários problemas, desde logo, o primeiro problema é os custos que isso acarreta, os custos para o hospital que tem um elevado subfinanciamento, que vai gastar centenas de milhares de euros em advogados, em custas judiciais, e isso é altamente preocupante. Mais grave do que isso é naturalmente o prejuízo que isso traz para os trabalhadores.

Não há, na nossa opinião, nenhum motivo para que não se discuta esta iniciativa, porque ela é urgente e porque, no nosso entender, uma recomendação do Parlamento para que o Governo acate a decisão do tribunal convertendo, através dos hospitais, todos os contratos a termo em contratos sem termo, trará não só justiça aos trabalhadores, mas poupanças ao erário público, nomeadamente aos hospitais. Por isso, deixar esta assunto prolongar-se será provavelmente deixar os hospitais da Região enredados num conjunto de processos judiciais que não interessam a ninguém.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho inusitado que o Bloco de Esquerda fundamente esta urgência com uma notícia de uma decisão do tribunal que ainda não transitou em julgado.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):

Muito bem!

O Orador: Acho que desse ponto de vista é sensato não aprovar esta urgência e não debater esta iniciativa, mesmo que se concorde com o seu teor, que se concorde com a integração desses trabalhadores; não me parece sensato discutir isto com urgência, sem que a sentença tenha transitado em julgado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos passar à votação do pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 26/XIII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 26/XIII foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, e com 1 voto contra do IL.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, vamos então passar à apresentação e posterior debate da iniciativa.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para apresentar o diploma.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Fazendo um breve resumo do que trazemos aqui, mais uma vez, sobre esta matéria.

Como é sabido, durante a pandemia foi criada tanto legislação nacional como regional, relativa à contratação de trabalhadores durante o período da pandemia, tanto para hospitais como para centros de saúde.

Ora, essa legislação previa uma facilitação de recrutamento de trabalhadores públicos para os hospitais e unidades de saúde, no sentido de garantir rapidamente os recursos para que os serviços de saúde pudessem dar resposta a uma situação verdadeiramente extraordinária.

O que é facto é que esta legislação extraordinária na Região levou, segundo dados do Governo, à contratação de 671 profissionais de saúde, ao abrigo de várias modalidades de emprego, nomeadamente, recibos verdes, prestações de serviço, contratos a termo incerto, que se prolongaram no tempo e para além daquilo que seria desejável e correto, porque também a pandemia acabou, foi declarada terminada pela Organização Mundial de Saúde e terminaram as declarações de estado de alerta na Região.

Ora, depois desse período, nós esperávamos naturalmente que essas situações fossem regularizadas; no caso dos hospitais, como eu já disse, isso deveria ter acontecido de forma automática, ou seja, os trabalhadores tiveram orientações das administrações dos hospitais para se manterem em funções, sendo o seu contrato por tempo indeterminado, ao abrigo do Código de Trabalho – não ao abrigo da Lei do Trabalho em Funções Públicas – porque são empresas, deveriam ter sido convertidos em contratos de trabalho sem termo.

O Bloco de Esquerda propôs, evidentemente, que esses trabalhadores dos hospitais e dos centros de saúde fossem integrados, mas a proposta foi rejeitada. O Orçamento para 2024 previa a sua integração de uma forma com a qual nós não concordamos, no caso dos trabalhadores dos hospitais, que era a necessidade de existência de concurso público.

Em maio de 2023, o conselho de administração do Hospital de Ponta Delgada, por exemplo, emitiu uma nota interna, revelando que havia recebido instruções da Secretaria Regional da Saúde para que todos os colaboradores que possuíssem vínculo

laboral no âmbito da legislação covid continuassem a trabalhar nos respetivos postos de trabalho, ou seja, houve uma decisão clara para que continuassem em funções.

Em 5 de setembro de 2024, o conselho de administração do Hospital de Ponta Delgada emitiu nova nota interna, em que havia deliberado a conversão automática para contrato individual de trabalho por tempo indeterminado ao abrigo de Código de Trabalho de todos os trabalhadores vinculados por um contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, celebrado ao abrigo das normas de contratação da pandemia covid-19.

Tanto quanto sabemos, essa decisão foi travada e teve oposição por parte do Governo. Isto levou a que fossem iniciados processos em tribunal por trabalhadores, com vista ao reconhecimento dos seus direitos laborais, e, conforme já referi, foi noticiado que o Tribunal do Trabalho de Ponta Delgada determinou a regularização dos trabalhadores com contratos covid, através da sua conversão automática, condenando o hospital a reconhecer o tempo de serviço desses trabalhadores.

Tendo em conta esta decisão, que poderá não estar transitada em julgado (e nós não somos um tribunal), como é evidente, temos de conhecer e ler a lei e sempre defendemos que, no caso dos hospitais, a conversão dos contratos de trabalho a termo era possível e, aliás, é a decisão correta com o enquadramento legal claro.

Por isso, é importante, e recomendamos neste projeto de resolução, que não só não se deva embarcar numa contestação dessa decisão através de recurso, mas que se aplique o mesmo critério a todos os trabalhadores na mesma situação. Esta é para nós a decisão politicamente justa e com um claro enquadramento legal.

Para além disso, o segundo ponto resolutivo que não tem a mesma urgência, mas importa também para efeitos de justiça e para se conseguir, desde já, trabalhar no assunto, em nosso entender, é necessário fazer uma verificação e um levantamento de todas as situações, no caso dos trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas, em que houve processos de regularização extraordinária, porque, como já vimos e discutimos neste Plenário na apreciação de uma petição, há situações de

injustiça relativa em que há trabalhadores que viram o seu tempo de serviço reconhecido (ou que verão) e há outros que não verão. E isso é uma situação bastante complicada, que causa uma injustiça relativa que, em nosso entender, é importante corrigir e, desde logo, para corrigi-la, é preciso conhecer a sua dimensão e os diferentes casos de que estamos a falar e até o seu enquadramento legal. E é isso que se solicita e que se recomenda ao Governo, ou seja, o levantamento dos casos concretos e do enquadramento legal que existiu, bem como do reconhecimento ou não desse tempo de serviço, da avaliação e de todas essas questões relacionadas com o posicionamento remuneratório e a progressão na carreira.

Por isso, este projeto de resolução tem esses objetivos, sendo que o primeiro ponto é de facto urgente, porque entendemos que o Parlamento deve recomendar ao Governo que não embarque numa contestação daquilo que já foi uma decisão do Tribunal de Ponta Delgada e reconheça aquilo que é uma situação justa que, aliás, já tinha sido decidida, no caso do hospital de Ponta Delgada, pelo conselho de administração.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda vem aqui propor que não se observem os princípios fundamentais do Estado de Direito e a observância da Constituição da República Portuguesa, na medida em que diz que, por decisão política, se deve acatar uma decisão de uma instância de um tribunal, sem que essa decisão seja firme, porque obviamente a instituição em causa tem direito – se essa for a sua decisão – de proceder a um recurso. Devo dizer-lhe que o Governo foi informado que é isso mesmo que a instituição em causa vai fazer. V. Exa. o que nos diz é que devem ser dadas indicações ao conselho de administração do hospital de Ponta Delgada, para que não utilize todos os seus instrumentos legais e que abdique dos seus instrumentos legais e do princípio da defesa

do interesse público, que abdique do princípio de exercer as suas competências, como conselho de administração, por uma decisão política, desrespeitando também em absoluto aquilo que a Constituição da República estabelece que é a divisão de poderes. Portanto, isto é subverter em absoluto as regras de funcionamento democrático da Região Autónoma dos Açores. E, nesse sentido, a proposta que V. Exa. aqui traz, do ponto de vista do funcionamento do Estado de Direito e da separação de poderes, Sr. Deputado – deixe-me que lhe diga –, não faz absolutamente nenhum sentido que o senhor venha aqui dizer que, por decisão dos parlamentares, os senhores têm uma perspetiva diferente, têm a obrigação de defesa do interesse público, mas há uma decisão política que se sobrepõe a uma decisão que possa ser tomada noutras instâncias judiciais. Ora, isto, Sr. Deputado, é absolutamente inadmissível. É o que o Governo lhe tem a dizer.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ele julga que está na Venezuela ou na Coreia do Norte!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Toste.

(*) **Deputado José Toste (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A questão que está agora em análise nesta Assembleia já foi trazida por diversas vezes, por iniciativa do Bloco de Esquerda, mas também por questões colocadas pela bancada do Partido Socialista diretamente à Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, que, infelizmente, não se encontra presente no momento em que realizamos este debate. Não obstante, o debate começa e está a ser contaminado pela existência de uma decisão judicial. No entanto, a questão é prévia a isto.

Existe um princípio a que a Administração Pública Regional está vinculada, bem como o Governo Regional, e que é o princípio da legalidade, o respeito pelo princípio da legalidade. E é por se encontrar vinculado a este princípio que a posição do Governo Regional já devia ter sido esta, ainda antes de haver uma decisão judicial.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Vejamos: um conjunto de trabalhadores foi recrutado ao abrigo dum regime excecional que visava, no fundo, reforçar os quadros dos hospitais – e sublinho que estamos a falar dos hospitais no contexto do combate à covid-19. Estes trabalhadores prestaram um trabalho neste contexto, mas, após o fim da pandemia, continuaram nos hospitais a dar resposta às necessidades que já nada tinham a ver com a pandemia. E, nesse âmbito (é engraçado), a própria ré emitiu uma nota interna que é conhecida, no dia 9 de maio de 2023, em que dizia: “a propósito da declaração do fim da pandemia SARS-COV-2 proferida na passada 6.ª feira, 5 de maio, por parte da OMS, recebeu este conselho de administração instruções da Secretaria Regional da Saúde e Desporto, para que todos os colaboradores que possuem um vínculo laboral no âmbito da legislação covid continuem a trabalhar nos respetivos postos de trabalho, contribuindo, assim, para o normal e regular funcionamento do hospital. Assim sendo, o conselho de administração informará estes colaboradores aquando da tomada de decisão da tutela relativamente aos referidos contratos.” E houve uma comunicação por parte deste hospital a estes trabalhadores. No dia 26 de agosto de 2024, o Sr. Secretário Regional das Finanças comunicou que o Decreto Legislativo Regional n.º 2/2024/A, que aprovou o Orçamento da Região Autónoma dos Açores, consagrou no seu artigo 11.º um processo de regularização. Nos hospitais EPER o processo de regularização e integração será efetuado com as necessárias adaptações, designadamente do Código do Trabalho e do disposto nos respetivos instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho. No dia 5 de setembro seguinte...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sabe que essa última frase que disse é importante?

Não se esqueça disso!

O Orador: ... o conselho de administração comunicou aos trabalhadores o seguinte: “Vem o Conselho de Administração informar que deliberou, em reunião de 4 de setembro de 2024, a conversão automática do contrato individual de trabalho por tempo indeterminado.”

Portanto, o que agora se diz que deve ser a posição do Governo, foi algo já assumido pelo próprio hospital no cumprimento da legislação em vigor.

Aqui chegados, entendeu o Governo Regional, a determinada altura deste processo, emanar novas orientações aos hospitais, no sentido de não avançarem para a conversão destes contratos. E desde esse momento, o Partido Socialista tem afirmado publicamente que deve ser aplicada a regra do Código de Trabalho e que deve-se proceder a esta conversão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há aí umas palavras que o senhor está a comer.

O Orador: E, portanto, conversão esta que o próprio Governo Regional já admitiu ser possível, em resposta a um requerimento do Partido Socialista.

No passado dia 13 de dezembro (ainda antes de haver uma decisão judicial), tendo já certamente o Governo conhecimento deste processo, afirmou que “em caso de reconhecimento, designadamente em foro judicial, da conversão do contrato de trabalho, importará apurar se tais contratos de trabalho convertidos padecem ou não de nulidade.” É isto que foi comunicado por parte do Governo que assumia, já em dezembro, a possibilidade de, em sede judicial, haver a conversão destes contratos. Mas mais importante que isto é saber qual foi a posição que o Hospital de Ponta Delgada assumiu no processo.

Já referiu aqui o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares que o hospital terá eventualmente a intenção de recorrer desta decisão, mas importa que o Sr. Secretário Regional nos diga – porque desconhecemos – qual foi a posição que o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada assumiu na qualidade de réu neste

processo em que foi exarada já sentença, ou seja, de que forma é que contestou. Se é que contestou.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. e Sra. Membros do Governo Regional:

Ainda ontem, aqui nesta Assembleia, no âmbito de duas petições que chamavam a atenção para aspetos do ponto de vista laboral em diferentes domínios, o CHEGA recordou e voltou a afirmar que é contra a precariedade laboral e que se deve encontrar mecanismos e ferramentas para combater esta precariedade, defendendo sempre (como defende o CHEGA) que qualquer trabalhador, seja ele da função pública ou do privado, deve ser reconhecido no seu trabalho, dignificado e tratado com justiça.

Também agora o Bloco de Esquerda traz-nos esta proposta que pretende contabilizar integralmente o tempo de serviço dos trabalhadores ao abrigo de contratos covid e a conversão dos contratos a termo para contratos sem termo nos hospitais dos Açores. Ora, nada mais justo, Sr. Deputado. O que o CHEGA quer é isso mesmo, que haja alegria e motivação no trabalho. E isso só se consegue com o fim das injustiças laborais. Contudo (há sempre um mas), ao contrário do Bloco de Esquerda, o CHEGA é responsável e sabe que há situações que, pela sua complexidade, pelas suas exceções, como é o caso que traz aqui, não podem ser resolvidas apenas porque se quer e quando se quer. E nesta situação em particular, como já foi explicado, até porque há neste momento impedimentos judiciais.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não há impedimento nenhum!

A Oradora: No que diz respeito ao teor da proposta em análise, noutras circunstâncias, já foi feito um trabalho neste sentido, mas é preciso fazer mais, como é óbvio, é preciso acabar com a precariedade laboral, mas também é preciso ter alguma cautela e fazer isto com alguma calma e – mais uma vez repito – com alguma responsabilidade.

Embora não seja o caso em apreço, o CHEGA já disse, repete e vai repetir todas as vezes que forem necessárias, que nem todos os açorianos podem ser funcionários públicos, não podem uns seguir regras, tais como o acesso a concursos públicos, e outros serem excecionados, o que não é este o caso – friso – mas não por intenção do Bloco de Esquerda, porque o Bloco o que queria era que eles nem sequer fizessem concurso público.

Para o CHEGA este é um tema que merece realmente alguma reflexão: será importante termos um sistema mais justo e o mais adequado possível à contratação pública.

Ontem já o dissemos e voltamos hoje a dizer que o contrato de trabalho em funções públicas existe e tem de ser respeitado. Se há, no entanto, situações laborais que não estão a obedecer à lei, pois então que se reveja esses casos e que seja reposta a justiça a quem se sente injustiçado, mas com responsabilidade, Sr. Deputado, e não quando se quer e como se quer.

Não podemos ter trabalhadores em situações de precariedade e instabilidade laboral, mas também não podemos ser irresponsáveis ao ponto de aprovar este diploma nos moldes em que ele está apresentado, porque do mesmo modo que seria irresponsável fazê-lo, também é irresponsável tomar, neste momento, esta decisão, quando há uma outra decisão judicial que ainda não foi tomada.

Disse.

Deputado António Lima (BE): Já foi tomada!

Vozes dos Deputados da bancada do CHEGA: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CHEGA.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. e Sra. Membros do Governo:

Antes de entrar na análise do diploma propriamente dita, tenho de referir à Câmara que não deixa de ser curiosa a postura de justificação da urgência do Bloco de Esquerda – na sua urgência, que é esta – quando levou hoje o dia todo, e ainda ontem, a criticar as urgências de todos os outros partidos, porque não era aquilo que o senhor considera que é urgente. Mas nós sabemos exatamente qual é a sua urgência neste momento.

Deputada Olivéria Santos (CH): A dele é que é importante!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: A sua urgência, neste momento, apesar de ser um homem culto e que conhece muito bem todos os procedimentos parlamentares e judiciais, é sair daqui (se já não estiver pronto) e fazer um título de jornal, mas nós não estamos aqui para corresponder aos seus expedientes para que o senhor seja o herói dos trabalhadores dos contratos covid, Sr. Deputado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da Coligação: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

A Oradora: Portanto, Sr. Deputado António Lima, eu tenho-o ouvido aqui a semana inteira, também o ouvi dizer em muitos debates que há como que uma coligação negativa contra o Bloco de Esquerda...

Deputado António Lima (BE): Contra o Bloco de Esquerda?! Não!

A Oradora: ... e vou-me referir apenas a matérias sobre trabalhadores – cada um dos meus colegas terá a seu cargo as outras matérias –, mas eu relembro, Sr. Deputado António Lima, caso ainda não tenha percebido, este Governo não deixa ninguém para

trás, não promove a injustiça laboral, tanto que aceitou (quando não havia outra forma de recurso) uma proposta sua nesta Casa, aprovando-a e integrando os trabalhadores da Praia Cultural na Administração Pública Regional, quando não havia outro remédio para acudir àquelas 118 pessoas naquele concelho.

Portanto, é completamente injusta a sua postura e o modo como se refere ao Governo Regional. E não faça essa cara, Sr. Deputado, estou-lhe a dizer, e é verdade, que nós aprovámos a sua medida, porque achámos que era justa e que era necessária. E essa, sim, na altura, era urgente.

Vozes de alguns Deputados das bancadas da PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem!
Muito bem!

A Oradora: Bem, se os meus colegas me quiserem deixar falar – Sr. Deputado Pedro Pinto, agradeço o seu entusiasmo –, eu gostava de continuar.

Veja lá, Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, que esse problema foi proposto por si, nós aceitámos e aprovámos com toda a humildade, apesar do problema ter sido deixado na Praia da Vitória pelo seu parceiro de coligação – o Partido Socialista.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Bem lembrado!

O Orador: E, portanto, está tudo explicado no que diz respeito à visão que este Governo tem sobre a integração de trabalhadores e a valorização das suas carreiras.

Depois, não posso deixar de concordar com o Sr. Deputado Nuno Barata, quando também na nossa visão é perigoso falarmos aqui em assuntos que ainda seguem trâmites judiciais (e a Sra. Deputada Olivéria também o disse). Pelos vistos, a decisão ainda não transitou em julgado. O Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares disse que o hospital de Ponta Delgada interpôs recursos, mas também, Sr. Deputado José Toste, vir aqui dizer que “supostamente”, “se calhar”, levanta uma desconfiança em relação ao Governo Regional que é institucionalmente bastante deselegante da sua parte...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Onde é que esteve a deselegância?

A Oradora: ... porque se o Sr. Secretário disse que foi interposto recurso, o senhor

não tem matéria nenhuma para desconfiar que ele tenha sido feito. Portanto, na parte inicial da sua intervenção, o senhor disse que este debate está a ser “contaminado por uma decisão judicial”, pois está no preâmbulo da proposta e foi apresentado também pelo próprio proponente que a traz, exatamente porque há um processo judicial a decorrer. Contudo, há uma pergunta – depois de ouvir atentamente as vossas intervenções – que me fica no ar. Imaginemos que o Parlamento dos Açores não respeitaria minimamente todos os trâmites judiciais e que agora aprovava a proposta do Bloco de Esquerda. Onde é que está a bandeira da igualdade e da justiça do Bloco de Esquerda?

Vejamos: o que diriam estes mesmos trabalhadores que foram integrados nas unidades de saúde de ilha, que não só não constam do projeto de resolução do Bloco de Esquerda, como provavelmente, estes sim, contratados exatamente nas mesmas circunstâncias...

Aparte inaudível do Deputado António Lima.

A Oradora: Eu sei a diferença entre a lei, o senhor não me vem dar lições sobre lei nenhuma. O que há aqui são igualdades de circunstâncias e, portanto, depois de aprovarmos isto, viria o Bloco de Esquerda dizer: “coitadinhos, como estão na mesma igualdade de circunstâncias, o Governo Regional também devia contabilizar para os outros trabalhadores.” Mas o Bloco não fez isso. Esqueceu-se simplesmente que está a ser o grande promotor da desigualdade de circunstâncias entre os mesmos trabalhadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

A Oradora: Depois, Sr. Deputado José Toste, eu sei que o senhor tem formação

jurídica e eu não tenho, mas eu sei ler e também sei bastante bem a diferença entre gestão ao abrigo do Código de Trabalho e a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, por isso escusa de lições sobre esta matéria.

Deputado António Lima (BE): Gestão não é Código de Trabalho!

A Oradora: Não sei se sabe que existe um Estatuto do Serviço Regional de Saúde que no seu artigo 22.º, n.º 1, diz uma coisa bastante importante sobre esta matéria:

“Sem prejuízo de formas inovadoras de gestão, como o Código de Trabalho, é aplicável ao pessoal do Serviço Regional de Saúde o regime dos funcionários e agentes da Administração Pública Regional.”

Eu não quero, nem estou a tentar meter-me...

Apartes impercetíveis dos Deputados João Vasco Costa e António Lima.

A Oradora: Ó Sr. Presidente, eu espero que agora chame a atenção ao lado de lá, por favor, peço-lhe isto!

Presidente: Correspondendo ao seu pedido, Sr. Deputado João Vasco Costa, faça o favor de deixar a Sra. Deputada acabar.

A Oradora: E, portanto, nós não estamos aqui para nos sobrepormos – acho esse princípio errado e já disse que concordo com o Sr. Deputado Nuno Barata – ou para influenciar (claro que não conseguiríamos influenciar seja o que for) a decisão judicial sobre esta matéria, mas também temos direito à nossa opinião sobre todos os assuntos que são trazidos a esta Casa.

Portanto, quem assistiu a todas as audições e tirou as suas notas nos últimos orçamentos, e assistiu aqui aos debates orçamentais, sabe que no HDES são 312 os trabalhadores, no Hospital da Horta é um, no HSEIT 125 e nas unidades de saúde de ilha são três no Faial, três nas Flores ...

Deputado António Lima (BE): Isso é outra questão.

A Oradora: ... quatro na Graciosa, oito no Pico, cinco em São Jorge, em São Miguel

31 e na Terceira 23. Eu bem sei a diferença, como já disse, entre as duas leis, mas isto também seria uma grande injustiça perante estes outros trabalhadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, o que importa ressaltar, neste momento, no debate, é que, desde 2020 (estamos em 2025), este tem sido o Governo que mais tem combatido a precariedade e tem acudido a situações laborais injustas nos Açores deixadas há décadas. E eu também creio que, neste momento e nesta fase, se estivéssemos ainda na fase de governação socialista, assistiríamos à criação do programa ocupacional COVID +. Ninguém seria integrado nos quadros dos hospitais e das unidades de saúde de ilha dos Açores. Portanto, nós não fazemos isso, não promovemos precariedade, não abrimos programas ocupacionais, integramos as pessoas nos quadros, valorizamos as suas carreiras e, mesmo assim, ainda está mal.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Isto não pode continuar desta forma. E quem está lá em casa, e que desde 2020, como disse, foi integrado (e são mais de 2681 pessoas), espera deste Parlamento a continuidade da estabilidade laboral e que cada caso seja tratado com cuidado e com rigor.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acredito na separação de poderes, logo, não há qualquer tipo de contaminação, pelo

contrário, é apenas o Bloco de Esquerda, como proponente da iniciativa, a usar isto como argumento (dentro da sua própria iniciativa) para reforçar aquilo que o partido pretende. Não estamos aqui a tentar fazer qualquer tipo de contaminação, nem uma mistura de poderes.

Se formos falar relativamente à decisão, tal como foi dito pelo CHEGA, não foi uma tomada de decisão, a decisão já foi feita, simplesmente ainda não transitou em julgado, o que são duas coisas diferentes e serve apenas para o argumento. Mas aquilo que eu vejo é mais um lavar de roupa suja, usando danos colaterais que são os trabalhadores. Por um lado, uns dizem que querem integrar estes trabalhadores, mas, por outro, dizem que já temos o recurso e usamos isso, isto é, que um partido pretende protagonismo, enquanto os outros não pretendem esse protagonismo e preferem fazer um recurso.

Eu não posso é esquecer que, no dia 11 de novembro de 2024, a Sra. Secretária Regional, Mónica Seidi, disse, aliás prometeu, que iria integrar, até ao final do ano, neste caso até 31 de dezembro de 2024, na Administração Pública Regional, os trabalhadores dos hospitais e unidades de saúde contratados pelo combate à pandemia da covid-19. E cito: “É certo que o Governo já iniciou o processo e é certo que este processo, até ao final do ano, seguramente está concluído e todos os trabalhadores elegíveis serão integrados.” Mas agora vemos que o Governo pediu recurso, ao contrário da administração do hospital, que nem contestou a decisão do tribunal.

São estas coisas que eu não consigo compreender, ou seja, onde é que a gente pode fazer uma mistura entre a política relativamente aos poderes judiciais. Não vejo isso dessa forma, vejo, sim, apenas dar credibilidade a esta iniciativa, dar credibilidade a esta urgência, para integrarmos as pessoas de forma justa e livre. Contudo, também tenho de aproveitar esta oportunidade – não posso deixar de o fazer – para relembrar que na última legislatura ouvi um deputado desta Casa dizer – por sinal a pessoa que mais dizia em apartes em tom de brincadeira e às vezes com um toque de seriedade – que durante anos tivemos um Secretário Regional que era de todas as pastas, mas agora temos aqui o mesmo ex-deputado (agora Secretário Regional) a substituir a Sra.

Secretária Regional da Saúde. Quiçá o Sr. Secretário Regional das Finanças também podia dar uma ajudinha, pois estamos a falar de dinheiro – temos o Sr. Secretário Regional Berto Messias 2.0.

Risos de alguns Deputados da bancada do PSD.

Mas o senhor faz exatamente a mesma coisa que acontecia com o PS e não foi apenas uma vez, foram inúmeras vezes que ouvimos, e eu próprio também me ria, porque também não gostava de ver aquilo que acontecia há duas legislaturas passadas, mas estamos a ver que acontece. Por isso, Sr. Secretário Regional, o peixe morre pela boca. Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Berto Messias:

Não vou protestar, até achei piada. É preciso também ter sentido de humor na política. A questão aqui, eu diria, não é o Berto Messias 2.0, é pelo menos 3.0, é um bocadinho diferente e estou muito mais acompanhado do que o Sr. Deputado Berto Messias estava à 5.^a e à 6.^a feira.

Bom, o que devo dizer é que obviamente a Sra. Secretária não pode aqui estar e cabe ao Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades substituí-la quando ela, ou qualquer outro Membro do Governo, não pode estar num determinado debate, coisa que faço sempre com entusiasmo e entrega, até pelo treino, porque, como deputado único durante 12 anos, tive oportunidade de debater todo o tipo de assuntos. Portanto, eu sou um bocadinho como o Sr. Deputado Nuno Barata, um especialista em generalidades.

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor ainda tem de lavrar muita terra para chegar

aqui!

O Orador: Exatamente, mas estou a treinar, pode ser que chegue lá.

Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que o Governo não pediu um recurso, tal como o senhor disse. O Governo foi informado de que o hospital vai colocar um recurso, portanto, o hospital é que é a entidade competente nesta matéria e isso faz toda a diferença. Estamos no Parlamento e obviamente tem de existir rigor nesta matéria.

Deputado Pedro Neves (PAN): Tem razão!

Aparte impercetível do Deputado Nuno Barata.

O Orador: Devo dizer também, em relação ao Partido Socialista, que é um dos fundadores da democracia portuguesa, um partido essencial. E eu lembro-me que o fundador do Partido Socialista, o Dr. Mário Soares, sempre condenou a introdução de temas de debates jurídicos e de debates que integram as competências dos tribunais e que o Parlamento assumisse essas matérias.

Esse foi um debate muito importante realizado na década de 80, e o Partido Socialista foi um dos partidos que fez com que a separação de poderes em Portugal fosse efetiva e fosse respeitada. Aquilo que é do tribunal é do tribunal, há trâmites a cumprir, há direitos que não podem ser por decisão política.

Vejam bem em que situação fica este Parlamento se disser: “os senhores querem recorrer? Não recorrem, porque há uma decisão política que se sobrepõe ao vosso desejo de recorrer, acatem já. Os vossos recursos, as decisões de outras instâncias, os senhores não fazem e não fazem porquê? Porque nós, Parlamento dos Açores, mandamos que não o façam!”

Deputado António Lima (BE): O senhor não é o Parlamento dos Açores!

O Orador: Eu estou a dizer o que o senhor disse.

“Nós, o Parlamento dos Açores” – disse o Sr. Deputado António Lima – “... quero que acatem já.” Isto é a mesma coisa que chegar a um jogo de futebol em que se está a

perder por 2-0 e o senhor dirige-se ao árbitro e diz que acabe o jogo já. Ainda faltam 30 minutos, mas acaba já o jogo, porque a nós interessa-nos o resultado do jogo agora.

Deputado José Miguel Toste (PS): Mas os jogadores ainda nem começaram a correr!

O Orador: As coisas não são assim.

O que o Governo defende nesta matéria é aquilo que historicamente o Partido Socialista defendeu sempre, é aquilo que o Sr. Deputado Nuno Barata acabou de referenciar na sua intervenção, é a defesa do Estado de Direito, da separação de poderes e o respeito pelas decisões que as diferentes entidades tomam a este respeito. E isto é inegociável, Sr. Deputado. Nós nunca vamos deturpar o Estado de Direito no âmbito deste Parlamento. Nós, Governo dos Açores, respeitamos a separação de poderes. E, Sr. Deputado, nesta matéria, não tem razão.

Deputado António Lima (BE): Não respeita a lei.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

À falta de argumentos, o Sr. Secretário atira com o Estado de Direito. É, de facto, quase risível o argumento do Governo sobre esta matéria.

Devo dizer que a decisão judicial aqui utilizada como um argumento que reforça uma posição que nós já tínhamos só vem trazer atualidade e dar razão àquilo que nós sempre defendemos, e não somos só nós. Aliás, quem defendeu, escreveu e decidiu em reunião do conselho de administração aquilo que nós propomos (e já propusemos antes) foi quem? O conselho de administração do hospital de Ponta Delgada que, em reunião, deliberou o seguinte: “A conversão automática para o contrato individual de trabalho

por tempo indeterminado, ao abrigo do Código de Trabalho, de todos os trabalhadores vinculados por um contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, celebrado ao abrigo das normas da contratação da pandemia covid-19...”.

Foi o conselho de administração do hospital de Ponta Delgada que teve o mesmo entendimento que nós temos.

A questão que se coloca é: porque é que essa decisão, tomada em conselho de administração, foi anulada, foi desrespeitada, foi revertida? Só pode ter sido a mando de alguém: foi do Governo; só pode ter sido a mando do Governo.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):

Por quem é que havia de ser!

O Orador: Por isso, quando se fala em respeito pelas instituições, é disso que estamos a falar. Havia uma decisão que está de acordo com a lei, e está de acordo não porque haja uma certa inovação açoriana – não é de certeza –, mas porque o Decreto-Lei n.º 89/2020, que se aplica ao Serviço Nacional de Saúde, já determinava, no seu artigo 3.º, n.º 1, que “a conversão dos contratos de trabalho a termo em contratos de trabalho sem termo no Serviço Nacional de Saúde...”, isto é, contratos firmados ao abrigo da legislação covid-19. É disso que estamos a falar. É de algo que já aconteceu no Serviço Nacional de Saúde, mas que o Governo Regional não quer que aconteça no Serviço Regional de Saúde. Essa é a questão. Por isso, não há aqui nenhuma inovação açoriana, muito menos uma inovação do Bloco de Esquerda. É o cumprimento da lei; a decisão judicial vem reforçar o entendimento que nós já tínhamos. Mas o Governo quer não só não cumprir e aplicar a todos os trabalhadores nessa situação o mesmo critério, mas quer também, pelos vistos, enveredar pela litigância e quer recorrer para a Relação. É evidente, Sr. Secretário, que eu tenho muito medo desse recurso, porque o último recurso que o hospital de Ponta Delgada fez por uma questão laboral, perdeu em toda a linha, foi condenado a uma indemnização superior. Por isso, aquilo que os senhores estão a fazer é gastar, como se diz na minha terra, a estarraçar o dinheiro público em processos judiciais.

O hospital da Ponta Delgada foi condenado pelo Tribunal de Trabalho de Ponta Delgada por despedimento ilícito, por danos morais. Recorreu para a Relação e o que é que aconteceu? Perdeu!

Aumentaram a condenação e a indemnização.

Ora, quem é que está a usar bem os dinheiros públicos? Não é de certeza o Governo. Por isso, façam um favor aos Açorianos, Sr. Secretário: não gastem inutilmente o dinheiro dos Açorianos!

Eu até me admiro que o CHEGA embarque nisto. O CHEGA que é sempre tão cioso da coisa pública e do dinheiro público e concorda que se gaste dinheiro desta forma em processos judiciais que provavelmente são para perder?!

Protestos impercetíveis dos Deputados da bancada do CHEGA.

O Orador: Admiro-me que o CHEGA, tão preocupado com o dinheiro público, queira que se entregue dinheiro desta forma em custas judiciais e honorários de advogados. Para perder?! E se calhar para ter a pena agravada?!

Aparte impercetível do Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades.

O Orador: Sr. Secretário, faça-nos aqui um esclarecimento: Em primeiro lugar, quanto vai custar o recurso a este e a outros processos judiciais que estão em cima da mesa? Qual foi o argumento que o hospital de Ponta Delgada utilizou para contestar o processo que foi interposto e que já tem sentença? Qual foi o argumento? O que é que o hospital de Ponta Delgada invocou? O que é que disse? Porque é que a decisão não podia ser tomada de acordo com aquilo que os trabalhadores pretendiam?

É que nós gostávamos de saber, porque o mesmo conselho de administração, pelo menos com algumas das mesmas pessoas, tinha dito que se convertesse os contratos de

trabalho.

Mudaram de opinião? A que propósito?

Eu de facto gostava de saber.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Toste.

(*) **Deputado José Toste (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De forma muito rápida, no sentido de contestar a alegação da Sra. Deputada Sabrina Furtado quanto ao regime laboral que é aplicado aos trabalhadores dos hospitais EPE. O Estatuto do Serviço Regional de Saúde diz-nos “sem prejuízo” e o Estatuto dos hospitais EPE diz-nos de forma muito clara que “os trabalhadores dos hospitais EPE estão sujeitos ao regime do contrato de trabalho, de acordo com o Código de Trabalho”.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, todos sabemos ler, todos podemos ler, temos é que saber interpretar aquilo que lemos para não tirarmos conclusões erradas.

Sr. Secretário Regional, relativamente à separação de poderes, deixe-me dizer-lhe que existe um princípio basilar na separação de poderes que é o princípio de que este Parlamento fiscaliza a ação do Executivo que aí se senta. E nessa fiscalização, importa também atender se as ações do Governo estão em conformidade com aquilo que é a lei; e, neste caso, o Governo Regional ignora (e pelos vistos continua a ignorar) a norma do Código de Trabalho que prevê a conversão dos contratos a termo incerto em contratos sem termo e ignora esta norma olímpicamente. Aliás, ignora de forma que nem o próprio hospital, que foi reu neste processo, ignorou, senão – e volto a perguntar uma vez mais, Sr. Secretário Regional – qual foi a contestação do hospital de Ponta Delgada nesta ação? De que forma é que contestou?

O Sr. Secretário Regional há pouco fez a analogia da equipa de futebol dizendo que, no fundo, o que nós queríamos, e se este Parlamento aprovasse esta resolução, o que

estaria a fazer era dizer ao Governo que fosse dizer à equipa de futebol que não jogasse e abandonasse o campo. Mas, Sr. Secretário, deixe-me dar-lhe uma informação: parece-nos que esta equipa de futebol não joga, não corre e deixou-se levar 10 golos. Portanto, o hospital nem se apresentou a jogo.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente a diferença de aplicação entre a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas e o Código de Trabalho, Sr. Deputado Toste, é claríssima e, como me desafiou há pouco, em aparte, se quiser, reunimos os dois para fazermos uma leitura e debatermos os nossos pontos de vista ao pormenor, apesar de eu me considerar em desvantagem perante V. Exa. Mas, afinal, se calhar não é bem assim, porque talvez se quiser explicar (eu sei a diferença) de forma a que consiga fundamentar a diferença entre o regime contratual vigente para os trabalhadores e o regime que vigora no processo contratual, também seríamos todos de ouvidos e ficaríamos muito mais esclarecidos, porque o senhor sabe perfeitamente que, durante o processo contratual, o processo concursal rege a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, apesar da gestão depois ser adotada com vigência para o Código de Trabalho. O senhor sabe isso muito melhor do que eu, não se faça de desentendido. Estou a dar-lhe isto de barato, reconhecendo as suas capacidades na gestão pública da saúde na Região enquanto jurista que é muito bem informado nesta área. E, portanto, também sabemos o que diz o Código de Trabalho.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):

Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Eu hoje estou muito bem disposta. É 6.ª feira à tarde e, portanto, também não quero levar muito mais tempo, não vou massacrar nem mastigar mais este assunto. O senhor referiu uma norma do Código de Trabalho, e eu também já mencionei uma que diz que “todos os profissionais de saúde na Região estão sujeitos a serem tratados como trabalhadores da Administração Pública Regional”. E, Sr. Deputado Toste, para que também fique tranquilo, cá está, como sempre, este Governo Regional para, seja qual for a decisão final, pôr mão e corrigir o que tiver de ser corrigido, porque se há coisa que este Governo nunca quis aos trabalhadores públicos da Região e, nomeadamente, os 2681 que, desde 2020, integrou e valorizou nas suas carreiras, é que estas pessoas não vejam...

Aparte impercetível do Deputado José Toste.

A Oradora: Está-me a interromper e eu não estou a conseguir terminar. Peço desculpa, o senhor interrompeu-me e eu perdi-me.

O que eu estava a dizer é que naturalmente este Governo, quando houver a decisão final – e nós obviamente concordamos –, há de corrigir o que houver para ser corrigido, se houver algo para ser corrigido. Mas, da mesma forma, também estamos aqui para ouvir a oposição dizer que “se calhar não era bem assim”.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estevão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De entre os que estão a participar ativamente aqui neste debate, o Governo é um dos que gastou menos tempo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O que é que isso tem a ver?

O Orador: Isto porque vejo algumas atitudes e algum desconcerto aqui na Câmara e, portanto, não quero que me culpem de nada em relação a esta matéria.

Deputado Nuno Barata (IL): Mas o senhor tem o dom de incendiar uma coisa que já sabe que está chumbada. E, portanto, corre o risco de isto passar!

O Orador: Oiça, nós na vida corremos muitos riscos, mas há um risco, Sr. Deputado, que eu nunca corro, ou melhor dizendo, há um risco que eu não quero correr que é fazerem-me uma pergunta e eu não responder, sendo que a questão essencial é que eu estou aqui para esclarecer e estou aqui nesta função, porque é o meu dever; e também não gosto nunca que seja apresentado um argumento e que eu não possa a seguir apresentar um outro. E, portanto, só para complementar, muito rapidamente, voltando à analogia do futebol, queria dizer o seguinte: eu quando tinha 16/17 anos jogava a ponta de lança, mas o meu treinador de vez em quando queria meter-me no meio-campo, durante o mesmo jogo, mudava-me de posição. É evidente que eu ainda hoje o culpo por não ter marcado os golos todos que podia ter marcado, porque ele estava sempre a mudar-me de posição.

Deputado José Miguel Toste (PS): O hospital foi a jogo ou não?

O Orador: Oiça com atenção, Sr. Deputado. Temos no Orçamento de 2024 uma norma – o n.º 3 do artigo 11.º – intitulada “Regularização extraordinária de contratos celebrados no âmbito da pandemia de doença covid-19”, sobre a qual o Partido Socialista dizia o seguinte: “A regularização dos trabalhadores a que se refere o n.º 1 e do pessoal a que se refere o número anterior, é realizada através de procedimento concursal.” Foi a indicação que vocês deram ao jogador, foi esta a indicação que deram à entidade. Agora chega V. Exa. e diz “não, agora já não é por procedimento concursal,

agora nós queremos fazer de forma diferente.” Não, isso não pode ser assim, assim cria confusão no sistema e o sistema assim não funciona.

Sr. Deputado, é preciso que exista coerência nas tomadas de posição, e V. Exa., nesta matéria, o seu partido (enfim, o senhor não estava cá, é evidente que pode trazer um aporte) já votou uma decisão nesta questão. Agora, o que é inegociável, Sr. Deputado – e o senhor tem formação jurídica –, é que, em relação ao hospital, ele tem todo o direito de recorrer, e o senhor tem o direito de dizer, “não recorra porque eu politicamente não quero?!”

O senhor acha que isto é o respeito pelo Estado de Direito?!

O senhor acha que, em relação aos administradores, que têm até consequências profissionais sobre o seu desempenho, essa é uma indicação que respeita o Estado de Direito?!

Acha que isso é coerente ou também acha, como o Sr. Deputado António Lima, que já perderam, não vale a pena recorrer, porque vão perder?!

Olhe, tenho uma coisa a dizer-lhe: este é outro treinador que às vezes ganha e muitas vezes perde. E que, por exemplo, tinha uma certeza jurídica em relação ao subsídio social de mobilidade...

Deputado Carlos Silva (PS): Tem tudo a ver com este diploma!

O Orador: Os senhores têm a lei travão, isso não passa na Assembleia da República, disse-o aqui com toda a convicção e o que é que aconteceu? Foi aprovado por unanimidade no Parlamento. Onde é que está a lei travão?

Estas são as certezas jurídicas do Sr. Deputado António Lima, e o Sr. Deputado José Toste está a ser influenciado pelas certezas jurídicas dele. E o que eu lhe estou a dizer é que não leve tão a sério essas certezas, porque, como lhe acabei de demonstrar muito recentemente, o Sr. Deputado António Lima, que era um defensor da leitura da lei travão, acaba por demonstrar, hoje mesmo, que não tinha razão e que o subsídio social de mobilidade e o que foi aprovado aqui neste Parlamento, se fôssemos atrás dessa certeza jurídica, estava por resolver.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PPM.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Toste.

(*) **Deputado José Toste (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares:

O senhor passou a semana a queixar-se de não poder exercer o contraditório, de não poder responder às questões que lhe eram dirigidas, hoje, infelizmente, não quer responder a uma pergunta.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):
Respondo a tudo!

O Orador: Vejo-me forçado a ter de a repetir.

O Sr. Secretário (e o Governo Regional) enquanto treinador, tem dado várias indicações aos hospitais; umas vezes é para converter, outras vezes já não é para converter, é para fazer o procedimento; outras vezes, eventualmente, até é para recorrer quando o próprio jogador não o quer fazer, mas isto é uma suposição.

A questão que o Sr. Secretário Regional não respondeu e que é importante responder aqui é que posição assumiu o hospital na ação que foi intentada pelos trabalhadores. Ou seja, de que forma é que o hospital contestou o pedido dos trabalhadores de conversão do seu vínculo?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, é surpreendente a ginástica... (quase artística) que o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares está a fazer para não responder e para justificar a posição (incompreensível) do Governo. Quer até misturar inconstitucionalidades, normas travão e outras coisas que tais, com uma matéria de interpretação da lei, ainda por cima, uma interpretação da lei – diga-se de passagem – que já teve uma decisão e que, do ponto de vista dos tribunais, já sabemos o que é que um tribunal pensa sobre ela. E também sabemos o que o hospital pensava sobre ela em setembro de 2024, sendo que o senhor se recusa a dizer, nesta Casa, o que é que o hospital disse ao tribunal no âmbito do processo que está em causa. O que é que o hospital disse ao tribunal? O hospital contestou os argumentos? O hospital disse que não era assim, que devia ser de outra forma? O que é que o hospital disse?

É que nos parece que não disse nada. E agora porque é que vai dizer? Se concordava com a argumentação, não tinha nada a dizer. O que levará o hospital a mudar de posição e a recorrer para um tribunal superior? Eventualmente, tanto quanto sabemos, haverá outros processos a entrar. E o que vai dizer o hospital? Vai dizer o mesmo ou vai ter outra argumentação? É que o conselho de administração é o mesmo.

Quem é que anda a decidir pelos conselhos de administração, consoante dá jeito politicamente ao Governo? É que parece que é isso.

Sabemos que o hospital tinha tomado uma decisão em setembro. Sabemos que o hospital não terá dito nada, porque o Sr. Secretário recusa-se a dizer o que é que o hospital disse e, pelos vistos, o hospital vai afinal dizer outra coisa completamente diferente, contrariando tudo aquilo que decidiu nos últimos meses.

É, de facto, uma trapalhada e, Sr. Secretário, há aqui uma diferença muito grande em toda essa misturada que o senhor inventou há pouco na sua última intervenção: é que esta proposta é para defender os trabalhadores; recorrer para o tribunal é prejudicar os trabalhadores; continuar a defender a posição do Governo é prejudicar as pessoas;

aquela proposta que é melhor para as pessoas e para os trabalhadores dos hospitais da Região é esta; a interpretação da lei que é melhor é esta; a posição do Governo é a posição que prejudica as pessoas, que prejudica os trabalhadores.

E, por isso, o Governo está numa posição de gastar dinheiro em processos, arriscar a ser condenado e prejudicar as pessoas.

Qual é a vantagem?

Diga-nos lá qual é a vantagem na atitude e na posição do Governo?

É que eu não percebo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução n.º 26/XIII – “Contabilização integral do tempo de serviço dos trabalhadores ao abrigo de “contratos covid” e conversão dos contratos a termo para contratos sem termo nos hospitais.”

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 26/XIII foi rejeitado com 23 votos contra do PSD, 5 do CHEGA, 2 do CDS-PP e 1 do PPM, com 23 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 do PAN, e 1 voto de abstenção do IL.

Presidente: Proposta de deliberação final: a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de janeiro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa tarde a todos e boas viagens para aqueles que vão regressar às suas casas.

Eram 16 horas e 34 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documentos entrados:

1- Projetos de decreto legislativo regional:

N.º 26/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR026.pdf>

Assunto: Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 13/2024/A, de 29 de novembro - Adapta à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental

Proveniência: PSD/CH/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2025 – 01 – 14

Comissão: com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão

2 - Propostas de decreto legislativo regional:

N.º 26/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR026.pdf>

Assunto: Adapta à Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 101/2023, de 31 de outubro, que aprova o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros em táxi

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2025 - 01 – 10

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2025 - 02 – 12;

N.º 27/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjDLR027.pdf>

Assunto: Que estabelece o Sistema de Incentivos aos Media Privados dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2025 - 01 – 15

Comissão: com pedido de urgência e dispensa de exame em comissão

3 - Projetos de resolução:

N.º 24/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjR024.pdf>

Assunto: Recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova as diligências necessárias a fim de garantir no âmbito do programa de opções específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade ("POSEI") o apoio monetário ao produtor individual de banana na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2025 - 01 - 15

Comissão: com pedido de urgência

N.º 25/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjR025.pdf>

Assunto: Recomenda ao Governo Regional dos Açores a criação de um mecanismo de combate às baixas fraudulentas

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2025 - 01 - 15

Comissão: com pedido de urgência

N.º 26/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjR026.pdf>

Assunto: Contabilização integral do tempo de serviço dos trabalhadores ao abrigo de “contratos covid” e conversão dos contratos a termo para contratos sem termo nos Hospitais

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2025 - 01 - 15

Comissão: com pedido de urgência

N.º 27/XIII <http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIjR027.pdf>

Assunto: Recomenda ao Governo Regional a realização de um plano estratégico de redução da despesa

Proveniência: IL

Data de Entrada: 2025 - 01 – 15

Comissão: Economia

Data-Limite de Parecer: 2025 - 02 – 15

4 - Requerimentos:

Assunto: Realização de obras urgentes no Pavilhão da Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico

Autores: Marta Matos, Mário Tomé, Andreia Cardoso, Carlos Silva e José Eduardo (PS)

Data de Entrada: 2025 – 01 – 14

Referência: 54.02.06 – N.º 241/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque241.pdf

5 - Respostas a Requerimentos:

Assunto: Escolas dos Açores continuam sem recursos para resolver problemas técnicos com manuais digitais

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2025 – 01 – 13

Referência: 54.02.00 - N.º 185/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequer185.pdf

Assunto: Imposição de teto máximo no subsídio social de mobilidade prejudica os clubes açorianos

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2025 – 01 – 13

Referência: 54.02.00 – N.º 194/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequer194.pdf

Assunto: Dados sobre bolseiros ocupacionais/coadjuvantes de apoio extraordinário

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2025 – 01 – 14

Referência: 54.06.00 – N.º 213/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequer213.pdf

Assunto: Falta de assistentes operacionais na Escola Luísa Constantina

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2025 – 01 – 14

Referência: 54.06.02 – N.º 232/XIII.

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequer232.pdf

6 - Informações:

Assunto: Ofício enviado por correio eletrónico a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um convite para Workshops sobre Literacia Mediática para Combater a Desinformação

Proveniência: Sandra C. C. Alemão, Adjunta do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2025 – 01 – 09;

Assunto: Ofício COR 2005/55 enviado por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um convite para a conclusão formal do seu mandato como Presidente do Comité das Regiões bem como da passagem de testemunho ao novo ou nova, Presidente do Comité das Regiões Europeu

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Comité das Regiões Europeu

Data de Entrada: 2025 – 01 – 10;

Assunto: Ofício ref.^a 580564436 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de autorização para que a Senhora Deputada Catarina Oliveira Cabeceiras, possa ser ouvida em audição na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo 88/23.6T8VLS, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo de Competência Genérica de Velas

Proveniência: Carlos Alberto Tavares Ferreira Correia, Meritíssimo Juiz de Direito

Data de Entrada: 2025 – 01 – 10;

Assunto: Ofício ref.^a 58534350 remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com pedido de, tão urgente quanto possível, resposta ao pedido de autorização para que a Senhora Deputada Catarina Oliveira Cabeceiras, possa ser ouvida em audição na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo 88/23.6T8VLS, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo de Competência Genérica de Velas

Proveniência: Lina Patrícia da Silveira, Oficial de Justiça

Data de Entrada: 2025 – 01 – 10;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 22/XIII (PS/PAN) - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2004/A, de 13 de maio, que adapta à Região Autónoma dos Açores os decretos-leis n.ºs 550/99, de 15 de dezembro, e 554/99, de 16 de dezembro, que, respetivamente, estabelecem o regime jurídico da atividade de

inspeção técnica de veículos a motor e seus reboques e o regime jurídico das inspeções técnicas de automóveis ligeiros, pesados e reboques, até 17 de março de 2025

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025 – 01 – 14;

Assunto: Correio eletrónico remetido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores informando que, na sequência da suspensão temporária de mandato do Sr. Deputado Paulo Silveira por um período de 10 dias, o Sr. Deputado Ruben Cabral assumirá a função de relator da Comissão Permanente de Economia

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025 – 01 – 14;

Assunto: Correio eletrónico com a ref.^a S/003/2025/XIII solicitando a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de substituição integral do Projeto de Resolução n.º 14/XIII (PS) - Medidas de incentivo à formação e à descarbonização no setor do táxi

Proveniência: Andreia Cardoso, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2025 – 01 – 14;

Assunto: Of. 006/025/RL, solicitando a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XIII – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 13/2024/A, de 29 de novembro - Adapta à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território continental

Proveniência: Rui Lucas, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2025 – 01 – 14;

Assunto: Correio eletrónico com a ref.^a CONF-SRAPC/2025/10/AMD, solicitando a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/XIII (GOV) – Estabelece o Sistema de Incentivos aos Media Privados dos Açores

Proveniência: João Manuel Dias Alferes das Pedras, Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2025 – 01 – 15;

Assunto: Correio eletrónico com a ref.^a CONF-SRAPC/2025/11/AMD, solicitando a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores urgência e redução do prazo em Comissão da Anteproposta de Lei n.º 5/XIII (GOV) – Procede ao aditamento ao Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, que define e regulamenta o regime jurídico de proteção nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral da segurança social. Mais procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, que prevê e regulamenta o estatuto de aposentação da Caixa Geral de Aposentações, I.P.

Proveniência: João Manuel Dias Alferes das Pedras, Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades

Data de Entrada: 2025 – 01 – 15;

Assunto: Correio eletrónico com a ref.^a S/007/2025/XIII solicitando a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de substituição integral do Projeto de Resolução n.º 18/XIII (PS) - Avaliar o processo de introdução de manuais digitais nas escolas da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Andreia Cardoso, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2025 – 01 – 15;

Assunto: Correio eletrónico solicitando a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deliberação de urgência do Projeto de Resolução n.º 24/XIII (CH) - Recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova as diligências necessárias a fim de garantir no âmbito do programa de opções específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade ("POSEI") o apoio monetário ao produtor individual de banana na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Carla Dias, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2025 – 01 – 15;

Assunto: Correio eletrónico solicitando a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deliberação de urgência do Projeto de Resolução n.º 25/XIII (CH) - Recomenda ao Governo Regional dos Açores a criação de um mecanismo de combate às baixas fraudulentas

Proveniência: Carla Dias, Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do CH

Data de Entrada: 2025 – 01 – 15;

Assunto: Correio eletrónico solicitando a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deliberação de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 26/XIII (BE) - Contabilização integral do tempo de serviço dos trabalhadores ao abrigo de "contratos covid" e conversão dos contratos a termo para contratos sem termo nos Hospitais

Proveniência: António Lima, Representação Parlamentar do BE

Data de Entrada: 2025 – 01 – 15;

7 - Relatórios:

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Estabelece as normas de execução do Orçamento de Estado para 2025 - MF - (Reg. DL 447/XXIV/2024) - Audição n.º 27/XIII - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025 – 01 – 14.

8 - Diários e Separatas:

Está presente nesta Sessão Plenária o Diário n.º 32/XIII.

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 29, 30, 31 e 36/XIII e a Separata 20/XIII.

Os Serviços de Redação.